



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1515/09	DATA: 16/09/2009
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 17h16min	DURAÇÃO: 2h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h13min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO - Deputado Federal licenciado. Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

SUMÁRIO: Debate sobre o quadro de violência que atingiu a cidade de Salvador, Estado da Bahia, nos últimos dias.

OBSERVAÇÕES
Houve falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Esclareço às senhoras e aos senhores que o Presidente titular desta CPI pediu licença por aproximadamente 30 dias, já que ele está disputando o pleito na sua cidade, Ipatinga. Então, o Deputado Alexandre Silveira, durante 30 dias, estará afastado da coordenação desta CPI, e nós, na qualidade de 1º Vice-Presidente, vamos tentar, vamos nos esforçar para substituí-lo à altura.

Obviamente vamos esperar que ele tenha boa sorte eleitoral lá. Se isso não acontecer, ele estará de volta aqui conosco comandando e coordenando, com segurança e com a legitimidade de ser o Presidente eleito, esta CPI.

Tendo sido distribuída cópia da ata da 5ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade de leitura da mesma. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Falha na gravação.)*

É a famosa percussão baiana. São os efeitos especiais da terra do axé, do Olodum, possivelmente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. sabe que baiano não nasce, mas estreia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - No seu caso está reestreando.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Esta reunião tem por finalidade debater com S.Exa. o Sr. Nelson Vicente Portela Pellegrino, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, acerca do quadro de violência que atingiu a cidade de Salvador nos



últimos dias — como aliás é de conhecimento de todos, nacionalmente, e a todos entristece e preocupa.

Em nome de todos, agradeço ao expositor a presença e o convido, logo mais, para fazer a sua exposição inicial.

Esclareço que os Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º, do Regimento Interno, terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo o interpelado de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Srs. Parlamentares que queriam participar dos debates com o convidado que façam sua inscrição junto à secretaria, aqui ao lado.

Esclareço ao ilustre senhor expositor — que é membro desta Casa, Parlamentar dos mais experientes e competentes, em gozo de mandato, licenciado no presente momento — e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem sempre ao microfone.

Esclareço, também, que o expositor não poderá ser interpelado durante a sua exposição.

Passo a palavra ao convidado, Sr. Nelson Vicente Portela Pellegrino, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, pelo prazo inicial de 20 minutos, podendo o mesmo ser prorrogado caso seja necessário, a pedido do senhor expositor.

Aproveito para dizer a um companheiro querido desta e da anterior Legislatura que é um prazer tê-lo de volta aqui. Ainda que seja brevemente, Nelson, dá para, em alguma medida, matar um pouco a saudade. A lamentar o fato de que você vem aqui para explicar como está tocando, como está enfrentando esse problema de onde de violência. Mas tenho certeza de que pode ser feito. Você, sem sombra de dúvida, deve estar fazendo, sempre com um olho na questão da segurança e o outro na defesa dos direitos humanos, como aliás é consoante a sua trajetória. Portanto, uma vez mais, seja bem-vindo.

Pedem-me para fazer aqui um registro. O Silvio disse que eu não entendi bem quem é que pede, mas vamos lá. Registro a presença, nesta Comissão, de delegação de funcionários dos Parlamentos dos países de Língua Portuguesa, em visita à Câmara dos Deputados. Sejam todos muitíssimo bem-vindos, não apenas



nesta Comissão, mas em todas as dependências desta Casa, que os recebe com alegria e muita honra. São funcionários dos Parlamentos de Portugal, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor Leste e Moçambique. Informo ainda que tais funcionários estão participando de um curso e treinamento sobre registro de discurso parlamentar junto ao Departamento de Taquigrafia e órgãos desta Casa. Mais uma vez, sejam muitíssimo bem-vindos. Esta Casa é de vocês. Partilhem conosco o prazer que temos nós brasileiros de termos um Congresso representativo, aberto, funcionando e democrático. Muitíssimo obrigado pela presença de todos.

Com a palavra o ilustre Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann, quero também aqui manifestar a minha satisfação de estar de volta a esta Casa. Quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, V.Exa. que se tem destacado nesta Casa nos temas relacionados à segurança pública, à Justiça e outros mais, e dizer da satisfação de reencontrar V.Exa., que deu uma grande contribuição, recentemente, quando participamos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os grampos no Brasil.

Outro dia encontrei o Deputado Gustavo Fruet, que me informava que ele é o Relator da legislação que será apresentada. E já pude colocar em prática alguns debates nesse período curto que tive lá — estou à frente da Secretaria de Justiça — em relação a essa questão das interceptações.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. é Relator desta Comissão — e autor do requerimento —, que se propõe a debater tema tão relevante em nosso País como o problema da violência urbana.

Deputado Emiliano José, nosso Deputado da Bahia, Deputado Federal, que, apesar de pouco tempo nesta Casa, já tem marcado a sua presença.

Deputado João Campos que aqui esteve.

Fui convidado, por iniciativa do Deputado Fernando Gabeira. Evidentemente, diante dos fatos ainda quentes que se passavam na cidade de Salvador, o Deputado atravessou um requerimento propondo que esta Comissão acompanhasse o desdobramento do que acontecia na Capital baiana. Prontamente me ligou o Deputado Luiz Alberto, o Deputado Emiliano também, dando conta de que seria



importante que o Governo da Bahia estivesse presente nesta Comissão, para esclarecer não só em que circunstâncias aqueles fatos estavam ocorrendo, mas também as providências que estavam sendo adotadas e dar nossa contribuição, enquanto Governo, a partir da nossa experiência, para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no seu diagnóstico sobre o fenômeno da violência urbana e as estratégias para enfrentamento dessa mesma violência.

Vejo aqui, por exemplo, que temos vários companheiros de diversos Estados do Brasil que integram a valorosa categoria dos agentes prisionais, que anseiam pela aprovação da PEC 308/04, a PEC que cria a figura do policial prisional. Soube inclusive que, na Conferência Nacional de Segurança Pública, essa foi uma tese aprovada. Eu tive a satisfação de presidir a Comissão Especial, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá foi o Relator da proposta de emenda constitucional que cria a polícia prisional. Quero já adiantar que não só sou favorável a essa medida, mas também, nesse desenrolar do processo lá na Bahia, mais do que nunca reafirmei essa convicção da necessidade de termos, de fato, um corpo especializado em nossas unidades prisionais e a padronização do regime desses profissionais.

Quero dizer que o que aconteceu na Bahia... E digo com felicidade que neste momento estou vivendo um clima de tranquilidade, Deputado Raul Jungmann. O Governo do Estado da Bahia, em uma ação rápida, articulada, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Justiça, sob o comando do Governador Jaques Wagner, em uma ação rápida da nossa Polícia Civil, da Polícia Militar, da Inteligência da Segurança Pública, em cooperação também com os nossos agentes prisionais, conseguiu não só reprimir os ataques a coletivos, a módulos policiais, a viaturas policiais, como também conseguiu montar um esquema 24 horas, que não só deu tranquilidade aos baianos, em particular à população da Capital, como também fez um trabalho de enfrentamento dentro das nossas unidades prisionais.

As informações que tenho de Salvador são de que estamos há mais de 100 horas sem nenhum incidente, sem nenhuma repercussão, o que considero extremamente positivo.

Mas, para que a gente possa entender o que aconteceu, nós temos que retroceder no tempo. É evidente que eu tenho acompanhado os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e sei que ela tem debatido algumas questões



que não são só exclusivas de Salvador. São problemas de todos os Estados da nossa Federação e até, diria, problemas que envolvem questões internacionais, como o tráfico de drogas, o crime organizado e as consequências advindas dessas atividades criminosas. Portanto, o que aconteceu em Salvador é reflexo de uma realidade que hoje é uma realidade nacional, a realidade da violência que toma conta das nossas cidades.

Diria eu, inclusive — e essa é uma convicção nossa na Bahia —, que 80% dos casos de violência verificados lá — e, se formos fazer uma análise, é igual no resto do País — estão relacionados ao tráfico de drogas. Isso é concreto, desde as disputas por pontos — e aqui vejo a Deputada Lídice da Mata, nossa coordenadora da bancada, que chega também — de drogas e regiões entre quadrilhas rivais, execuções — quando há a chamada “quebrança”, a droga é distribuída e não paga, e a morte é o instrumento de exemplificar, para que os outros não façam o mesmo.... Há o vício e o usuário que vira traficante, o traficante que é usuário e passa a praticar pequenos delitos. E, de pequenos delitos, vêm outros delitos, seja para financiar o seu consumo, seja para se envolver na rede da criminalidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há muito *crack* já lá, Nelson, na Bahia?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Chegarei lá, Deputado. Há toda uma rede de envolvimento criminoso que se estabelece a partir dessas conexões. E o tráfico de drogas procura efetivamente estar relacionado com outras atividades criminosas conexas a esta.

Vejo que chegam aqui o Deputado Gabeira, autor do requerimento, e o Deputado Geraldo Simões, da Bahia.

Portanto, é nossa convicção que 80% dos casos de violência registrados em nosso Estado estão relacionados com o tráfico de drogas e o crime organizado.

Partindo desse pressuposto — e eu quero fazer um corte em relação ao atual Governo, o Governo Jaques Wagner —, partindo desse diagnóstico, o Governador Wagner montou, na Secretaria de Segurança Pública, uma equipe competente, com núcleo de inteligência, que, na minha opinião, é um dos melhores núcleos de inteligência do País, chefiado, inclusive, por um delegado da Polícia Federal, mas também com valorosos delegados da nossa polícia baiana. E, a partir daí, Srs.



Deputados, nós fizemos um diagnóstico profundo do funcionamento do tráfico de drogas na Bahia, mapeando as principais lideranças do tráfico de drogas em nosso Estado, a forma e o *modus operandi* dessas quadrilhas, suas lideranças, inclusive chegando à minúcia de fazer um levantamento por bairros da nossa Capital, com identificação de todas as lideranças, quem está na cadeia de comando, quem está no setor intermediário, quem está na ponta. E, a partir dessa estratégia, nós começamos a fazer uma ação cirúrgica de identificação, prisão e desarticulação de uma série de esquemas criminosos em relação ao tráfico de drogas.

Voltando um pouco no tempo, a droga é um fenômeno que já tem uma certa temporalidade. Começou com a maconha, depois veio a cocaína, que era uma droga considerada como droga de rico — apenas a classe média alta e a classe alta consumiam a cocaína.

No primeiro momento, tínhamos um indivíduo chamado Zequinha do pó, que era o traficante que alimentava a elite baiana com essa droga, a cocaína. Depois ele foi preso. Foi sucedido por um traficante chamado Ravengar. Após a prisão do Ravengar, alguns indivíduos que estavam dentro da cadeia por outros delitos passaram, de certa forma, a articular o tráfico de drogas. Particularmente, 2 lideranças despontaram: uma chamada... até que tinha uma relação dentro das unidades prisionais dos 2. Um era chamado Pitty, e outro chamado Perna. O cidadão chamado Pitty se evadiu do presídio onde estava custodiado, em 2007, e depois, inclusive, tentou comandar uma rebelião para poder liberar outros presos que estavam ligados a ele. O Pitty já vinha sendo monitorado pela Segurança Pública, pela inteligência da Secretaria. E, após a sua evasão, 1 mês depois, numa troca de tiros com uma equipe da polícia que estava em sua perseguição, ele veio a falecer. Logo depois, desencadeou-se uma operação que prendeu as principais lideranças da quadrilha dele.

Depois, em 2008, foi montada uma operação, chamada Operação Big Bang, que identificou que o traficante chamado Perna desenvolvia uma série de atividades criminosas dentro da penitenciária Leme de Brito. Na sua cela, inclusive, foram apreendidos 280 mil reais, uma série de equipamentos, armas. Ele tinha até a chave da sua cela. E essa Operação Big Bang foi também sucedida não só do flagrante do Perna, mas também da prisão dos principais líderes da sua organização criminosa.



Então, entre 2007 e 2008, graças a esse trabalho competente da Secretaria de Segurança Pública, as principais lideranças do tráfico de drogas na Bahia foram identificadas, presas e desarticuladas. Eu diria hoje que quem está no tráfico de drogas, hoje, na Bahia, libertos, são setores, que não são setores de comando. O principal do tráfico de drogas está — estava e está — dentro das nossas unidades prisionais.

Então, a esse primeiro momento de identificação, prisão e desarticulação dos principais comandantes e dos segmentos intermediários, tinha que suceder um novo momento. Porque, se essas principais lideranças estavam presas, o que aconteceu? Elas tentaram comandar o crime de dentro da cadeia. E aí, inclusive, se formaram 2 facções, uma chamada Comando de Paz, que é ligada aos herdeiros do traficante Pitty, particularmente 2 figuras emblemáticas, o Sr. Cláudio Campanha e o indivíduo chamado Val Bandeiras. Esses 2 passaram a comandar a chamada Comissão de Paz. E uma outra facção era formada pelos seguidores hoje do traficante chamado Perna, que, em 2008, depois da Operação Big Bang, foi encaminhado para um presídio de segurança máxima federal. E aí, após essa Operação Big Bang, essa quadrilha de Pena ficou bastante vulnerável.

Ocorreu que, depois dessas ações de 2007 e 2008, com a prisão e a desarticulação desses comandos, houve um certo desequilíbrio na relação de forças entre essas 2 facções, e elas passaram a fazer disputa por pontos de drogas e territórios, principalmente em Salvador e região metropolitana. E essa disputa sangrenta, inclusive, amplificou alguns índices de homicídios e de outros crimes, mas principalmente de homicídios, em nossa Capital e na região metropolitana.

Essa disputa entre esses 2 grupos gerou — e a disputa de drogas é uma disputa sangrenta, armada, com execuções, com disputas armadas por esses pontos de drogas —, de uma certa forma, um aumento no índice de homicídios na Capital. Esse foi o primeiro momento.

O segundo momento foi o momento de fato de impedir que esses traficantes continuassem comandando o crime de dentro das cadeias e, inclusive, continuassem ordenando execuções de dentro da cadeia.

Foi assim que, em 2008, foi montada a Operação Big Bang, que mandou o Perna para fora do nosso Estado, desarticulando a sua facção. E, no segundo



momento, já a partir de um trabalho competente de monitoramento, foi que se montou a operação que aconteceu agora, que foi uma operação que deu na transferência do Sr. Cláudio Campanha, que era o principal líder daquela facção dentro da unidade prisional. E a sua prisão sucedeu-se uma reação, com o estamento de comando dele; e ele, ao ser transferido, teria dado uma ordem para que se iniciasse uma onda de ataques na cidade de Salvador. Essa ordem não foi diretamente dada a ele — ele deixou na sua cadeia de comando, dentro do presídio. E, quando foi realizada a identificação dessa cadeia de comando intermediária, numa ação rápida, em conjunto, da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Justiça, 14 internos da Unidade Especial Disciplinar e do presídio de Salvador foram transferidos para o presídio de segurança máxima de Catanduvas, já que o Cláudio Campanha já tinha sido transferido para Mato Grosso do Sul.

Bom, com essas medidas — na verdade, foram 15 internos transferidos —, conseguimos quebrar a cadeia de comando deles. Mas como o processo já estava deflagrado, nós tivemos uma reação.

Em algum momento podemos até dizer que vivemos alguns dias — poucos, felizmente — quase que com um clima de guerrilha urbana em Salvador, porque os diversos, digamos assim — como se chamam na linguagem... —, os robôs, que são aquelas pessoas que executam as ordens, passaram a fazer ações na cidade. Mas o Governo do Estado foi rápido, inclusive fazendo deslocamento de efetivo do interior para a Capital, montando um esquema 24 horas de monitoramento, de forma inteligente, com inteligência policial, fazendo identificação.

Nós já tínhamos, desde que assumi, inclusive, no dia 4 de maio, feito periodicamente um conjunto de revista dentro das nossas unidades prisionais, apreendendo celulares, armas brancas, drogas. E todas essas apreensões têm sido encaminhadas às equipes de inteligência. Nós já tínhamos um farto material de monitoramento dessas lideranças e dos seus contatos nos bairros. E isso permitiu que nós fizéssemos uma ação competente de monitoramento, de repressão, com mais de 32 prisões executadas.

Em confronto com a polícia também morreram 12 pessoas. E essa ação competente permitiu que não só as prisões acontecessem, mas também que se inibissem as ações que estavam sendo praticadas.



Num primeiro momento, tínhamos dado um alerta já ao Comando da Polícia Militar. Quando aconteceram os primeiros ataques aos módulos ainda tinha policiais. Depois desses primeiros ataques, os policiais todos foram retirados dos módulos, para que não fossem alvos fáceis. Foram deslocados para o policiamento dinâmico, para fazer um policiamento de 24 horas, ostensivo e preventivo. E essa estratégia acabou dando certo. Combinando inteligência policial com policiamento ostensivo, com ações de prevenção e repressão, antes de essas ações acontecerem, tivemos uma paralisação dos ataques e estamos aí há mais de 100 horas sem nenhum tipo de ataque na cidade de Salvador.

Tivemos uma nota triste. No sábado, um agente prisional nosso foi executado num bairro — e é justamente o bairro onde se dava... de origem do traficante Pitty. Ele, pelas informações preliminares que temos, teria sido executado, porque era não só morador desse bairro, mas também uma pessoa que circulava muito no bairro. Então, era um alvo fácil. Depois dessa execução — porque até então essa Frente não tinha sido aberta, mas também não está claro para a gente hoje que teria sido uma nova Frente —, uma série de providências foram tomadas na proteção dos nossos agentes, e também outras estão em curso.

Mas o fato é que, para concluir este primeiro momento da nossa exposição, eu diria que aquilo a que assistimos na Capital baiana, a partir praticamente do dia 7 de setembro, foi a reação a uma ação enérgica e decidida do Governo do Estado da Bahia, das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça no processo de combate ao crime organizado, no combate às drogas, numa ação enérgica para desarticular a ação dessas quadrilhas na nossa cidade.

A nossa avaliação é, inclusive, de que a cadeia de comando foi quebrada. A nossa avaliação é de que essa ação, associada às ações anteriores, dará um duro golpe no tráfico de drogas em nosso Estado, no crime organizado.

Outras ações estão acontecendo ainda e outras ações acontecerão. Isso é uma ação permanente, não é de fácil resolução. Não identificamos uma conexão direta entre os grupos que atuaram em nossa Capital com grupos de São Paulo e Rio de Janeiro. Não há uma conexão nesse sentido. Pode haver uma conexão indireta, mas não há conexão direta. Não foi uma ordem que tenha vindo de fora. Isso foi um processo interno de resistência, o que é comum e já aconteceu em São



Paulo, já aconteceu no Rio de Janeiro. Toda vez que você tem uma ação repressiva, uma ação de desarticulação desse tipo de esquema, eles procuram fazer a reação.

E também dentro das nossas unidades prisionais nós montamos um esquema especial para que não houvesse nenhum tipo de reação ou que qualquer reação que possa acontecer possa ser rapidamente debelada.

Como registrou aqui o Deputado Paulo Pimenta, que é o nosso Relator, nós temos, sem dúvida nenhuma, nos últimos anos, um fenômeno que é preciso, digamos assim, não só ser melhor investigado, mas também receber uma estratégia melhor de enfrentamento, que é o problema do *crack*.

A maconha é um tipo de droga que tem todo um processo. A cocaína também, sempre considerada como uma droga de elite. Evidente que nós temos outras drogas sintéticas. Mas a chegada do *crack*, digamos assim, com um processo de universalização, gerou uma mudança na forma de organizar e na forma de traficar, agregando um *plus* de violência que o comércio de outras drogas não tem, porque o *crack* é uma droga muito barata. Hoje se pode comprar uma pedra de *crack* por 1 real, e isso é complicado, porque é uma droga que vicia de forma muito rápida, estraga de forma muito rápida e deixa sequelas, quando não leva à morte. E, em torno do comércio do *crack*, há toda uma violência envolvida. Inclusive os chamados usuários de *crack*... Eu diria até que o *crack* é a droga das camadas populares, da camada dos pobres, é a droga dos miseráveis.

Então, o fenômeno do tráfico de drogas, do vício, agrega-se a um fenômeno de exclusão social, que se agrega a um fenômeno de violência muito grande. Inclusive, nesse sentido, dentro dessa estratégia, o Governador Jaques Wagner constituiu, 30 dias atrás, um grupo que a nossa Secretaria, a Secretaria de Justiça, está com a coordenação. Nos próximos 60 dias, nós devemos apresentar ao Governador e ao nosso Estado um plano operacional para colocarmos em prática as chamadas ações integradas de prevenção ao abuso de drogas e violência recentemente lançado pela Secretaria Nacional de Políticas para Drogas em parceria com o PRONASCI, que é um plano que propõe uma estratégia de enfrentamento dessa questão das drogas, focando principalmente na questão de saúde pública e na questão social. É a ideia de que, para enfrentar o problema das drogas, principalmente essa questão do *crack*, as ações meramente policiais não



são capazes, por si só, de responder a essa questão. Se não percebermos que há um conteúdo social profundamente envolvido nessa questão e um conteúdo de saúde pública, nós não vamos ter sucesso nesse enfrentamento.

Então, o plano tem vários eixos. Durante talvez o debate aqui, nós podemos conversar um pouco sobre isso. Acredito até que esta Comissão já deva ter debatido esse plano, mas é um plano que enfoca essa questão. E nós estamos com uma comissão que vai elaborar esse plano. Nos próximos 60 dias, esse plano será apresentado e será mais uma estratégia nesse enfrentamento. Portanto, eu diria que aquilo a que nós assistimos em Salvador, nos últimos dias, foi uma reação — eu até tenho usado essa figura de linguagem —, o efeito colateral de um remédio forte que nós tivemos que aplicar.

Desde o primeiro momento, quando, no Governo Wagner, decidimos enfrentar o crime organizado, enfrentar o tráfico de drogas, não só porque temos que enfrentar o crime organizado e o tráfico de drogas, mas porque também identificamos que, enfrentando o crime organizado e o tráfico de drogas, poderíamos atacar a raiz de 80% das causas de violência urbana verificadas em Salvador, na região metropolitana e no interior... Então, essa estratégia seria eficaz no combate à violência.

Evidente que outras estratégias estão sendo montadas. No dia 29 de junho agora foi lançado, na Bahia, o Territórios de Paz. A primeira cidade lá foi Salvador, oitava do Brasil, no Bairro do Beiru.

Nós temos feito investimentos na contratação de policiais civis e militares, compra de equipamentos, armamentos, viaturas, mudança de doutrina da atuação policial. Temos feito investimento interno no nosso sistema também. E evidentemente que, durante o curso dos debates, nós podemos, inclusive, especificar quais investimentos o Governo da Bahia tem feito.

Quero aqui apenas discordar de algumas notícias que foram veiculadas, relacionadas a esse episódio, de que o que aconteceu, nos últimos dias, na nossa Capital, teria sido por força de uma omissão por parte do nosso Governo no combate ao crime organizado, no combate à violência. É o contrário.

O Governo do Estado da Bahia não fez a opção do acordo da paz de cemitério, que é aquele acordo que você faz com o crime organizado, ele não



arrepia, ele faz, digamos, um comércio silencioso da droga, ele comanda silenciosamente os presídios, ele estabelece o comando a partir dos presídios. Você não tem, aparentemente, um quadro de violência, mas, a médio e longo prazos, é um processo irreversível de fortalecimento do crime organizado; a médio e longo prazos, é um processo de implantação do crime organizado dentro das unidades prisionais, com uma capilaridade e com uma força que, para fazer o enfrentamento, se torna muito difícil.

Então, a opção que nós fizemos na Bahia foi a opção de atacar esse problema, não diria que no nascedouro, porque já havia nascido muito tempo atrás, mas num estágio que, eu diria, não chegou ao de outras Capitais brasileiras, onde hoje, para fazer esse tipo de enfrentamento, é muito difícil. Nós estamos no estágio ainda possível de impedir que o crime organizado comande as nossas cadeias. Estamos no estágio de impedir que o tráfico de droga e o crime organizado se implantem com uma capilaridade e uma força tal que nós não tenhamos condições de fazer o enfrentamento a eles.

Tipo essa coisa que às vezes se divulga, que tem territórios em nossa Capital que tem toque de recolher ou que são áreas que a polícia não adentra. Essas informações não são verdadeiras. Nós temos um esquema de segurança pública que hoje tem capacidade de entrar em qualquer bairro de Salvador, tem capacidade de dar resposta a qualquer tipo de agressão.

Não estou aqui querendo dizer que as coisas lá são ideais, porque nós temos o problema da violência, que é um problema nacional. Isso faz parte de um quadro de exclusão social, faz parte de todo um contexto. Mas não concordamos, em absoluto, com algumas informações veiculadas de que o que aconteceu, nos últimos dias, na nossa Capital, teria sido em função da nossa omissão, da nossa falta de investimento ou da nossa incapacidade de combater o crime organizado. Pelo contrário, isso foi uma reação a uma ação decisiva do nosso Governo de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. E a capacidade de resposta que tivemos, rápida, ao que aconteceu, e o tempo em que nós conseguimos permitir que a nossa Capital voltasse à normalidade dão a dimensão do acerto da nossa política, a dimensão da competência que temos procurado desenvolver na ação e reação a esse tipo de atividade criminosa.



Portanto, Sr. Presidente, são essas as informações que inicialmente eu queria prestar a esta Comissão. Eu me coloco à disposição para o debate e para outros dados que os membros desta Comissão queiram ter ou outras impressões que gostaríamos de externar em relação ao sistema prisional do nosso Estado, algumas questões que nós enfrentamos hoje e que são questões que não são só nossas, são questões do Brasil inteiro. E são contribuições que gostaríamos de dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Obrigado ao Secretário de Justiça da Bahia, Nelson Pellegrino, nosso companheiro aqui da Câmara dos Deputados.

Eu vou abrir a lista de inscrições. Eu não sei se o Relator quer fazer uma intervenção.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma questão que, para mim, não ficou clara, Nelson. Essas últimas transferências foram motivadas por algum fato específico ou foram como parte dessa estratégia que já vinha sendo desenvolvida?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Conforme eu já tinha registrado, nós vínhamos desenvolvendo etapas no combate ao tráfico de drogas. A primeira etapa foi uma etapa de trabalho de inteligência, com identificação das lideranças. A partir dessa identificação e do *modus operandi*, nós começamos a fazer a prisão dessas lideranças.

O comando do crime organizado, o comando do tráfico de drogas, hoje, está dentro das nossas unidades prisionais. O que aconteceu foi que ele, dentro das nossas unidades, passou a se organizar para tentar comandar o crime de dentro das nossas unidades prisionais. E, aí, nós já estávamos monitorando.

Em 2007, nós fizemos ações. Em 2008, teve a ação que colocou o Perna para fora. Nós mandamos ele para Mato Grosso do Sul e, com essa ação, nós fizemos uma apreensão de uma série de líderes ligados a ele. Também em 2008 nós fizemos ações em relação a outros grupos. E, agora, nós vínhamos monitorando essa outra facção, que é chamada Comissão de Paz, que era liderada pelo Cláudio Campanha e pelo Val Bandeira.



O Val Bandeira nós já tínhamos transferido para um presídio de segurança máxima nosso, no interior do Estado. E o Cláudio Campanha já era nossa pretensão transferir. Estávamos apenas aguardando algumas tramitações judiciais. Então nós tínhamos já tomado essa decisão, e era importante, para desarticular a ação deles, a transferência do Cláudio Campanha.

Quando o Cláudio foi transferido, ele teria passado a ordem para os subordinados dele dentro do presídio, da Unidade Especial Disciplinar, para que desencadeassem as ações. E nós começamos a monitorar essas ordens e identificamos que a transferência desses 14 internos era de fundamental importância para quebrar a cadeia de comando. Então, à transferência do Cláudio Campanha sucedeu-se a de mais 14 internos que faziam parte da cadeia de comando da facção, desarticulando-a, desarticulando o seu comando. Depois nós transferimos mais 7 para o interior, para esse presídio de segurança nosso — inclusive nem celular pega lá — para poder também quebrar a cadeia de comando, porque houve uma reação. Nós identificamos que esse estamento intermediário tentou organizar a reação. Então nós transferimos mais 7. E nós regredimos o regime também de mais 7 presos que estavam no regime semi-aberto e que nós já estávamos monitorando. Era em uma unidade nossa de regime semi-aberto, e nós estávamos monitorando, porque eles tinham capacidade de sair e dar a resposta. Então nós fizemos a regressão do regime deles, e também outros foram encaminhados para o interior.

Então, foram medidas articuladas, pensadas, programadas, discutidas na perspectiva não só de quebrar a cadeia de comando, mas também de desarticular a possibilidade de articulação de dentro para fora das nossas unidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - O primeiro inscrito é o Deputado Emiliano José, do PT da Bahia. O Deputado tem 3 minutos para fazer...

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Três minutos, Sr. Presidente? Não eram 5?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Parece-me que, como a presença não é maciça, nós vamos ser flexíveis.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Tanto melhor. Então tem alguma flexibilidade, sobretudo em se tratando de V.Exa.



Quero parabenizar o Deputado Nelson Pellegrino pela disposição e pela exposição; a disposição em vir a esta CPI e a contribuição que deu a esta CPI quanto à compreensão do que foram aqueles episódios em Salvador. E creio, até, que esse exemplo de Salvador pode vir a ser, ao contrário do que se tentou divulgar, uma espécie de estudo de caso de uma intervenção rápida, correta, de um Governo para enfrentar um problema como esse do crime organizado, porque se trata disso.

O Governo resolveu não mais fazer uma espécie de paz do pântano com o crime organizado, mas enfrentar o crime organizado. E, ao fazer isso, também provocou reação e soube controlar essa reação. E rapidamente a cidade de Salvador voltou à normalidade.

Não há nada do que foi dito, sobretudo e especialmente, agora, no último número da revista *Veja*, que fez um... como é do costume da *Veja*, essa excrecência jornalística do País. A *Veja* chegou a dizer que, ao pegar o problema da violência... Já paralisada. Não há mais violência em Salvador, salvo a que é da rotina e da vida das grandes cidades, muito mais grave em outras cidades, muito mais grave no Rio de Janeiro, muito mais grave em São Paulo, muito mais grave em Recife. Estou dando exemplos, e não digo isso com felicidade. Digo isso até com tristeza. Salvo a da rotina, por exemplo...

Mas a *Veja* aproveitou esse gancho — em jornalismo a gente chama gancho — para falar que a economia baiana está estagnada, por exemplo. E mente. A *Veja* mente e não tem vergonha de mentir. Ou que a Bahia experimentava crescimento inferior — e digo tudo isso porque é importante para ir desmistificando isso — ao do Nordeste.

No primeiro semestre deste ano — isso interessa e tem a ver com as mentiras da *Veja* —, o PIB baiano registrou taxa positiva de 0,64%, enquanto o Brasil variou negativamente. De acordo com o CAGED, em julho de 2009, a Bahia gerou 9.792 empregos, o segundo maior saldo do País. Vejam como a *Veja* mente. Vamos esclarecer isso, não é? Enquanto o Nordeste registra uma perda de 27.753 postos de trabalho, no acumulado do ano, a Bahia lidera na região com quase 33 mil novos postos de trabalho. Ela lidera a região.

Quanto aos ataques aos módulos da PM, aos ônibus de Salvador, o Deputado Pellegrino já disse, com absoluta nitidez, qual era o... Por que o crime



organizado reagiu e como tão rapidamente o Governo da Bahia conseguiu reprimir, tirar o que era o comando de lá, mandar para presídios federais, e pronto: a paz voltou à cidade.

Eu quero lembrar, porque houve também pronunciamentos de Parlamentares aqui na Casa e houve pronunciamentos também no Senado Federal, de Deputados vinculados à antiga oligarquia baiana, que pretenderam explorar esse episódio, como que a pretender também ensinar o Governo da Bahia a tratar o problema de segurança...

Nós não recolhemos lições dessa antiga oligarquia baiana. A Bahia, antigamente, destacava-se por ser o território dos grampos contra adversários. Tornou-se famosa com o Governo do Estado montando uma central de grampos na Secretaria de Segurança Pública e dentro do Governo, para grampear adversários. Era notícia nacional. Tornou-se notícia mundial, aliás, a “grampolândia” na Bahia. E grampo ilegal, absolutamente ilegal.

E tornou-se também muito famosa quanto à política de Segurança Pública pela repressão violenta, violentíssima, a estudantes, de modo especial quando, por exemplo, em 2001, invadiu o *campus* da Universidade Federal da Bahia e — não tem exagero — sangrou algumas centenas de estudantes, que foram espancados violentamente pelo batalhão de choque. E, quanto ao crime organizado, nada se fazia.

Agora, o Governo está fazendo. E está fazendo seriamente, modificando a política de segurança pública. E será sempre assim — tem dito o Secretário Nelson Pellegrino, tem dito o Governador Wagner —, de acordo com a lei e nada fora da lei. Não será feito nada que não seja em respeito aos direitos humanos, o que, aliás, é uma tradição da vida política do Secretário Nelson Pellegrino e é uma tradição também do Governador Wagner.

Por isso, quero parabenizar V.Exa. e dizer que, tenho certeza, esta Comissão recolhe o depoimento de V.Exa. como um caso exemplar de como um governo deve tratar um problema grave de segurança, em cima da lei, agindo muito firmemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, à guisa só de esclarecimento também, nessa mesma linha do Deputado



Emiliano, foi divulgado que nós não temos uma boa execução orçamentária. Eu queria só dar os números para esta Comissão dos dados sobre a execução orçamentária na Bahia, em relação à área de segurança pública.

Em 2005, nós tivemos aí 1 bilhão, 371 milhões, 854 mil orçados. Foram executados 1 bilhão, 194 — 87% —, isso no Governo passado. Em 2006, 1 bilhão, 549 orçados. Executados: 1 bilhão, 374 — 88%. Isso foi no Governo Paulo Souto. Tivemos 87% executados em 2005; 88% executados em 2006. O Governo Wagner, no primeiro ano: 1 bilhão, 618 orçados; 1 bilhão, 536 executados, com execução orçamentária de 94,94%, ao contrário do que, inclusive, foi divulgado, que nós tínhamos uma baixa execução orçamentária. Em 2008, de 1 bilhão, 834 milhões orçados, nós tivemos uma execução de 1 bilhão, 695 — 92,42% de execução orçamentária. E, em 2009, agora, já temos aí 60%, quase 61%, de execução orçamentária. Então, os nossos índices de execução orçamentária são altos, ao contrário do que teria sido divulgado.

Também tenho um outro dado que se contrapõe a dados divulgados. Nós tivemos, agora, no último ano, uma redução de 18% nos índices de homicídio, na Bahia, e de 13% nos índices de assaltos a ônibus. São dados que eu queria também deixar aqui para contribuição, um pouco para confirmar o que eu aqui sustentei, no início da minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Passo a palavra ao nosso companheiro Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Em primeiro lugar, queria saudar a presteza com que o Secretário veio nos atender e dizer que cometeríamos erro muito grande nesta Comissão se transformássemos o debate em ataque ou apologia de um determinado governo. Não é esse o nosso objetivo. Nosso objetivo é aprender para tentarmos transferir esse aprendizado para o relatório final. Mas as coisas da Bahia são assim mesmo. Aí vêm as brigas, e nós já estamos acostumados. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Como no Rio!

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Como no Rio e em toda a parte. Mas as brigas locais já vêm de longa data.



Queria dizer o seguinte: seria interessante... Ao ouvir sua formulação, a primeira coisa que digo com sinceridade: nunca vi, nos últimos anos, no Brasil, um conjunto ataques de bandidos que o Governo não responda com a afirmação de que se trata de reação a sua ação bem-sucedida no desmantelamento das quadrilhas. Já vimos isso no Rio, em São Paulo. Pode ser que na Bahia isso seja verdadeiro. Não estou dizendo que isso não seja verdade.

O que digo é o seguinte: talvez, seria interessante conhecermos melhor, abstratamente, o processo de inteligência que se está desenvolvendo na Bahia.

Quando o Deputado Luiz Alberto fez a primeira intervenção aqui, ele falou — e me parece correto — que já se sabia que havia esse processo em gestação, o processo de ataque à polícia, uma reação. Acho que isso é possível. Tanto é possível que li em alguma parte que a inteligência chegou a oferecer à polícia a placa dos carros que seriam utilizados no processo. Então, já havia um processo. Mas a sua exposição, por exemplo, mostra que talvez não exista processo de inteligência dentro das cadeias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu vou chegar lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Hein?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu vou chegar lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Está...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No curso das providências que estamos adotando... Perdoe-me por interromper V.Exa., mas, dialogando, uma das questões que, penso, são essenciais como contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em termos de estratégia — e desde que cheguei à Secretaria já tinha essa compreensão... Inclusive, Deputado Gabeira, quando fui Relator da CPI dos Grampos, defendi uma tese — inclusive vamos ter de fazer alteração na lei — de que os presídios fossem considerados área de exclusão permanente. O que significa isso? Mediante autorização judicial, fazer monitoramento permanente, devido à atividade ser continuada, o crime ser continuado, e ser intensa a necessidade desse monitoramento. Aí, a leitura que temos hoje do nosso sistema — tenho dito isso — é de fora para dentro, como V.Exa. sustenta na sua fala, parece-me. O que é isso? O que temos de informação é o que interceptamos nas ligações de dentro do presídio ou números que de forma



reflexa são interceptados e vão formando a rede e, a partir da rede, você monitora o que acontece fora com repercussão dentro.

E mais ainda: essa é uma leitura de fora para dentro, mas tem alguma leitura de dentro para fora. O que é leitura de dentro para fora? O que nossos carcereiros às vezes conversam com um, conversam com outro, mas não é uma coisa cientificamente tratada. Então, nesse sentido, eu já conversei, inclusive, com o Governador, já apresentei a S.Exa. um projeto de criação de uma inteligência prisional, como já existe no Estado do Rio de Janeiro, como já existe em Minas Gerais. Outros Estados já estão mais avançados nesse sentido. Temos de criar uma inteligência prisional para que possamos ter uma leitura interna nas nossas unidades. O projeto já vai para a Assembleia nos próximos dias, para que possamos ter uma leitura interna nas nossas unidades, mas ter um tratamento científico da informação, para montar a estratégia.

Ouvi o Governador do Estado de V.Exa., ontem, Deputado Gabeira, fazer declaração sobre um traficante que saiu ontem em regime semi-aberto e não voltou mais. E esse não é um problema só do Rio de Janeiro, é problema também da Bahia. Por quê? Porque o traficante, o chefe do tráfico, é esperto. Ele não coloca droga na cela dele, ele não porta celular na cela dele, ele não tem arma na cela dele, ele não se envolve em confusão. Ele tem um comportamento exemplar na cadeia. Ele tem os robôs para fazer as execuções, para guardar a droga, para guardar as armas, para guardar o celular, para quando ele quiser se comunicar. Então, ele tem um comportamento exemplar.

Quando cumpre um sexto da pena, o que acontece? E aí quero dizer que tenho interpretação diferente da que se está dando. Acho que um sexto da pena é condição objetiva; a condição subjetiva é a análise da conduta. Então, esse trabalho de inteligência interna é fundamental, porque ele tem de subsidiar o relatório de acompanhamento, que poderá, por exemplo, impedir que esse traficante que saiu no regime semiaberto e foi embora, não voltou mais, e outros que saem em saídas de Natal, aquelas 7 saídas que são permitidas e uns que estão até em regime semiaberto, que conseguem esquentar uma carteira, às vezes até numa empresa do grupo — certo? — e saem durante o dia para, entre aspas, “trabalhar”, para comandar o crime e depois volta para dentro da cadeia. Então, essa inteligência é



fundamental, porque ela inclusive tem de ser introduzida como instrumento de estratégia para enfrentar esse fenômeno que é o problema do crime organizado dentro das cadeias, mas, também, combater inclusive casos como esse.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Quando houve o processo do PCC, em São Paulo, fui falar com o Governador, na época o Cláudio Lemos, e propus a ele um sistema de inteligência dentro da cadeia que tinha essa função, mas tinha a função também de prevenir motim. A gente perde muito dinheiro com motim. Às vezes há um caso aí de uma cadeia que mencionei em que os presos passaram 2 semanas reclamando da comida estragada. Com 5 mil reais se resolvia essa parada. Não atenderam, queimaram tudo e perdemos 32 milhões para refazer o presídio. Essa é uma questão importante. Então, acho que a inteligência dentro da cadeia é muito importante, ela dá uma base. A outra questão é exatamente a articulação da inteligência, porque quando falamos: a gente sabe que vai acontecer, já é um dado. Mas ainda assim é preciso de tentar saber onde vai acontecer, por onde vai acontecer e que providência se toma. E isso é muito difícil. Tem que ter um trabalho realmente mais avançado.

Então, no final desse processo seria interessante a gente ter um relatório, alguma coisa para o nosso Relator, para a gente poder utilizar no nosso trabalho, sem nenhuma preocupação de crítica ou não crítica; todos os governos de uma certa maneira são sujeitos a isso. O Governo de São Paulo está sujeito a isso. Hoje, o Governo resolveu um pouco o índice de criminalidade, mas ainda há uma situação difícil lá. O Rio de Janeiro está sujeito, Pernambuco está sujeito.

Então, o trabalho nosso é buscar essa cooperação nacional, esse esforço nacional para a gente oferecer uma alternativa. Por isso é que a gente quis acompanhar o caso da Bahia, para aprender, não é para criticar, porque na verdade a crítica é muito fácil nesse momento. O problema é exatamente aprender o que foi feito para a gente ver o passo que pode dar adiante. Nesse sentido, acho que valeria a pena, depois...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Deputado Gabeira, V.Exa. me permite também mais uma observação? Eu estava atentamente lendo uma legislação recentemente sancionada pelo Presidente Lula em relação a celulares dentro das unidades. O tipo penal é “introduzir e facilitar”, mas a legislação não



tipifica o porte. Então, se um interno é preso com um celular é só uma infração administrativa, não se constitui como crime, mas quem vai querer introduzir está praticando o delito. Quem facilita, no caso o agente, o policial ou um terceirizado também pratica o delito, mas quem o porta não está praticando delito. Esse é um problema. Aí tem o problema dos bloqueadores. A gente se comunica muito. Temos um Fórum Nacional de Secretários de Justiça no Brasil. São pontos comuns. Vejo que chega o Deputado Marcelo Itagiba, meu companheiro, meu amigo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Vou ter de sair para uma outra Comissão. Não queria deixar essa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Entendeu, Deputado Gabeira. Então, essas são questões importantes a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Por exemplo, é um roteiro. Essa questão, por exemplo, já conversei com o pessoal do DEPEN, já conversei com outros colegas que são Secretários de Justiça. Não existe hoje uma tecnologia eficaz no bloqueio a celulares.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas existe uma para ouvir.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas existe uma tecnologia para ouvir.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois é!

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Se não se consegue bloquear, ouve-se. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Claro, mas essas são questões. E aí envolve essa discussão que falei com V.Exa. que foi uma tese que desenvolvi. O Deputado Marcelo Itagiba foi o nosso Presidente da Comissão de Interceptações, e com a chegada do Deputado Marcelo quero dizer que eu, por exemplo, sustento hoje que os presídios têm de ser área de exclusão, área de monitoramento permanente. Esse monitoramento é fundamental não só pelo que V.Exa. disse, para se saber o que está acontecendo, para se fazer prevenção, para fazer, porque não temos, hoje, uma tecnologia, infelizmente, eficaz para bloquear...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Isso ficou para amanhã. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. Às vezes, não precisa chegar tão longe.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu estou numa outra Comissão...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O.k., Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Deputado Fernando Gabeira.

Eu não queria caracterizar a Mesa como só da Bahia, porque aqui está o Deputado Emiliano José, eu e o Secretário Nelson Pellegrino. Tem 2 inscritos aqui que não estão presentes.

Eu queria convidar o Deputado Marcelo Itagiba para assumir a Presidência da Mesa, porque logo após eu falarei. Para adiantar os nossos trabalhos, logo após será o Deputado José Carlos Araújo. Ele poderia já usar a palavra. Após ele, eu usaria.

Antes, Deputado José Carlos Araújo, vou chamar aqui, só para registro, o Major Fábio, que não está presente, e o Deputado Maluly, que também se inscreveu e não está presente.

Então, passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente — não sei se Presidente Luiz Alberto ou Presidente Marcelo Itagiba. Então, cito os dois como Presidentes, pois fica mais sensato —, meu querido colega, Deputado Nelson Pellegrino, hoje, Secretário de Justiça da Bahia, Secretário, ouvi só parte da exposição que V.Exa. fez. Quero lhe parabenizar não só pela exposição, mas também pelo trabalho que vem realizando na Bahia.

Vejo que realmente o que aconteceu na Bahia foram coisas pontuais. Como foi pontual, naquela momento, uma reação que foi feita pelo pessoal do tráfico: reagiu a uma ação da polícia; logo depois houve uma contra-ação da própria polícia que fez a grande transferência dos presos. Há mais de 100 horas, depois disso, não acontece mais nada na Bahia. Peço a Deus que não aconteça nada, porque realmente a ação foi eficaz. A gente sente claramente que a coisa foi eficaz. A primeira vez que isso aconteceu na Bahia. A Bahia não estava esperando por isso. Em todo o mundo tem acontecido essas coisas, mas nós entendemos que a ação do Secretário de Segurança Pública, a ação do Governo do Estado foi eficaz. Deu realmente resultado.



V.Exa. falou na sua exposição, e eu queria saber, Deputado Nelson, sobre investimento prisional, o que se está pensando. V.Exa. colocou um dado, parece, de 86, 87 e 88, e eu queria saber, daqui para frente, quais são os investimentos previstos pelo Governo da Bahia nessa área.

Ouvi V.Exa. falar também sobre os celulares nas prisões. Realmente é uma coisa muito difícil. Seria preciso que as penitenciárias fossem construídas numa área ermo, longe dos grandes centros. Mas não é isso que acontece. Já se encontrou um erro, talvez, de muitos e muitos anos. As cidades cresceram e chegaram próximas. É o caso da Bahia. A cidade cresceu e chegou perto de Mata Escura. E se se coloca bloqueadores, não se consegue bloquear apenas... Não é eficaz. E quando se bloqueia, não se bloqueia somente a penitenciária; bloqueia-se toda uma região. Deixa muda toda a região ao redor das penitenciárias.

Realmente é uma coisa complexa, difícil de ser feita. O que pode se fazer, o que realmente está sendo feito são as vistorias permanentes, uma fiscalização maior nas visitas, para não permitir que essas coisas aconteçam.

Eu vejo com muita preocupação essa coisa, mas vejo também com alegria que a ação do Governo da Bahia tem sido forte em função disso. E o Governo acertou quando levou V.Exa. para a Secretaria. Deixou aqui um pouco a Bahia desfalcada com o passe de V.Exa. aqui, mas foi suprido pelo suplente. O trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo na Bahia suplanta, e o baiano fica satisfeito com o trabalho que V.Exa. tem feito na Secretaria do Estado.

Portanto, Presidente Marcelo Itagiba — quando eu falo em Presidente, a gente se lembra logo do nosso tempo de Assembleia —, realmente o Deputado Nelson Pellegrino tem-se revelado um grande Secretário. Pena que ele vai ter de, em abril, se desincompatibilizar para voltar a ser candidato. Pena que isso vá acontecer.

Portanto, quero agradecer e parabenizar mais uma vez o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Agradeço a V.Exa. Diria alguns dados que eu também considero importante, até para reflexão desta Comissão. Hoje, nós temos no nosso sistema capacidade para 6.839 internos. Nós temos 6.839



vagas em nosso sistema, e nós temos, hoje, uma população carcerária de 8.382 internos. O primeiro registro que eu queria fazer é o seguinte. Neste momento acontece no Brasil inteiro um mutirão carcerário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. Considero que esse mutirão é da maior importância, porque é inaceitável que tenhamos dentro de nossas prisões, seja em delegacias, seja em presídios, internos que teriam condições de responder a seus processos em liberdade, ou por excesso prazal não deveriam estar presos.

Ocorre que, mesmo colocando a relevância, a importância desse mutirão — nós estamos colaborando — , já vínhamos fazendo mutirões anteriores através da Defensoria Pública. Hoje, todas as nossas unidades prisionais têm defensores públicos que atuam. A Defensoria Pública do Estado, inclusive, fez um CAPRED, que é uma central de flagrantes, onde toda pessoa que é presa, o flagrante, é comunicado à Defensoria Pública. E a Defensoria Pública desloca um defensor para entrevistar a pessoa presa, vê as condições, se é o caso de livramento condicional, se é o caso de uma fiança e fazer a defesa de quem não tenha advogado. Mas há uma preocupação, que já foi externada pelo pessoal da Segurança Pública lá: nesse processo em massa, só pelas contas, pelos números anteriores, nesses dias de mutirão, 500 internos saíram do nosso sistema, 500 internos saíram do nosso sistema.

Então, isso pode, de uma certa forma, depender...Se só se aplicou critérios objetivos, na hora de promover esses alvarás nós podemos ter algum impacto nos índices de violência. O último grande mutirão que foi feito teve algum impacto nos índices de violência. Bom, então, nesse sentido, nós temos, aí, um excedente de 1.500 internos, o que é considerado, para a realidade do Brasil, uma situação não muito preocupante. Agora, o grande problema da Bahia que nós temos hoje, que é o problema do Brasil inteiro, é que são 5.600 presos em delegacias. Nós temos 60 mil presos em delegacias no Brasil hoje; nós temos uma população carcerária em torno de 400 mil internos em presídios, e temos 60 mil presos em delegacias.

Na Bahia, temos em torno de cinco mil e quatrocentos, cinco mil e seiscentos. Nesse sentido, nós estamos desenvolvendo estratégias para enfrentar esse problema. Neste momento, estão em construção o presídio, no Município de Vitória da Conquista, que tem capacidade para 466 internos, e o de Eunápolis, que já está



com 60% já, com capacidade para 466 internos; nós estamos concluindo a nova cadeia pública de Salvador, que é uma cadeia moderna, inclusive com celas de isolamento, cela para regime diferenciado, com capacidade para 421 internos. Já temos recursos assegurados para o DEPEN, para o anexo dessa cadeia. Nós vamos ter mais trezentos e vinte e quatro, que vai dar quase 750 vagas só na cadeia pública. E já temos recursos assegurados para a construção do novo presídio de jovens e adultos, que é uma concepção moderna do PRONASCI em relação a um presídio para a população de 18 a 29 anos, que é um presídio completamente diferenciado, com trabalho, com atividade educativa, celas individuais, em alguns casos, para se fazer a chamada política de administração prisional.

O nosso presídio de jovens e adultos vai ter capacidade para 448 vagas. E vamos construir também um presídio feminino — já temos recursos assegurados — com capacidade para 264 vagas. Além do que já estamos em processo de licitação do presídio de Barreiras, com capacidade para 466 vagas. E estamos em reforma de 2 unidades, que, juntas, terão capacidade, vão ampliar mais em 130 vagas. Então, na verdade, nós vamos, até o final do Governo Wagner, nós vamos ampliar em quase 3 mil vagas o nosso sistema. Já construímos 5 minipresídios, em torno de 250 vagas. E essa construção dessas unidades em Salvador, no interior, permitirão reduzir esse déficit que nós temos hoje em delegacias. Além disso, o Governo Wagner vem implementando as chamadas políticas de aplicação de penas alternativas, que é outra coisa importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quando, em 2002, começou o Programa de Penas Alternativas, na Bahia, era, então, um convênio entre a Secretaria de Justiça e o Ministério da Justiça. E, 2007, nós institucionalizamos esse programa. Ele passou a ser um programa nosso, do Governo do Estado da Bahia. E, em 2008, a Bahia foi o primeiro Estado do Brasil a interiorizar as chamadas centrais de penas e acompanhamentos de penas alternativas, com a criação, por lei, de 40 cargos para instituímos 10 CEAPAs no interior, por regiões, do Estado. E agora estamos negociando para fazer mais duas, para todas as regiões do Estado serem cobertas por essas centrais. Então, em 2002, de 370 atendimentos, nós hoje temos, já no ano de 2008, 1.132 atendimentos; em 2009, até agosto, temos 901 atendimentos e já implantamos cinco no interior:



um, em Salvador. E vamos implantar, até o final do ano, mais cinco, e com 11 Centrais de Acompanhamentos a Penas Alternativas nós vamos chegar aí até... A nossa meta é chegar a 2.500 casos atendidos na Bahia até o ano de 2010, que é uma coisa importantíssima. Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. que é o Relator, as Centrais de Acompanhamentos a Penas Alternativas são muito importantes não só para a gente enfrentar o problema da superlotação carcerária, mas também ter uma política penal mais eficiente, separando os delitos pelo seu poder ofensivo — entendeu?

Com essas novas unidades que nós estamos construindo, a nova cadeia pública, as unidades no interior, nós queremos fazer uma coisa que está na Lei de Execuções Penais, que é um sonho de todos, que nós precisamos praticar no Brasil: que é uma política de administração prisional. O que significa isso? Separar os desiguais e dar um tratamento desigual aos desiguais. Então, quem está começando no mundo do crime tem que ter um tratamento diferente, porque é mais fácil ressocializar, é mais fácil recuperar. Quem já está numa fase mais adiantada é mais difícil a ressocialização, como também no comando do crime organizado você tem que ter instituições próprias para acolher esse tipo de público. Eu tenho inclusive conversado muito com o pessoal do DEPEN, Deputado Jungmann, vejo aqui o Major Fábio, o nosso Presidente.

Nós temos que inverter a lógica do processo prisional no Brasil. O processo prisional do Brasil está de cabeça para baixo. Como é que está de cabeça para baixo? O que preconiza a nossa Lei de Execuções Penais, e que eu acho que é mais correto, é que a pena, a custódia provisória e a pena elas tinham que ser prioritariamente cumpridas no Município onde mora o apenado. Se ele se tornasse inconveniente àquele cumprimento, pela repercussão do crime...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós conversamos ontem com o Delegado Luiz Fernando Corrêa, e tem a possibilidade de pensar em as Prefeituras Municipais terem uma competência legal para poder acompanhar essas execuções das penas comunitárias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso. E não só com as penas alternativas. Por exemplo, tem a existência das APACS, principalmente em Minas Gerais, que são presídios pequenos, com 100 internos, onde o grau de



ressocialização chega a 90%. Mas são presídios pequenos, o público que está lá é um público selecionado, é um público de menor poder ofensivo. Se não cumpre a regra, ele é excluído do programa. Mas há um índice de ressocialização de 90%. E quando o índice de reincidência, em regra, é de 60% no mundo, e no Brasil talvez seja maior ainda. Então, esse processo, Deputado Pimenta, V.Exa. que é Relator, nós temos que encarar essa questão. Ainda ontem eu conversava com o Dr. Airton Michels, do DEPEN, e tenho conversado muito com ele sobre isso e com os meus colegas, Secretários de Justiça e de Administração Prisional.

Há um movimento que está acontecendo neste momento no Senado, isso é muito importante, para fazer uma emenda ao Orçamento da União para destinar algo em torno de 700 a 1 bilhão de reais, para que possamos construir pequenos presídios, a 15 mil reais a vaga, para custódia desse público, que é o público de 60 mil presos que estão em delegacias de polícia. Nós temos que aproveitar essa oportunidade, já que tem esse movimento, não sei se ele acontecerá, mas nós temos que encarar esse debate. O Congresso Nacional tem que tomar esse debate, até porque o orçamento também faz parte dessa discussão no Congresso Nacional. Nós temos que botar de pé para cabeça o que está de cabeça para pé. Ou seja, nós temos que inverter a lógica da pena e do cumprimento da pena no Brasil.

Então, tem que ter pequenos presídios municipais, onde o cumprimento da pena começa e a prisão provisória também, que hoje é feito nas cadeias públicas, ou em delegacias de polícia. Depois, você tem presídios, minipresídios regionais, cidades, ali, para 100 internos e presídios de segurança máxima para aquela população que tem um poder, ou presídios mais fortificados, quando o teor ofensivo é maior, e presídio de segurança máxima para esse público, que nós sabemos como é que é o público. Então, é uma estratégia importante que nós temos que desenvolver para melhorar a resolutividade da administração da pena: separar os desiguais, separar as situações diferenciadas, porque precisam ser separadas essas situações diferenciadas.

A outra coisa aqui importante — eu vejo aqui o meu companheiro que representa o nosso sindicato dos agentes penitenciários — é a valorização dos profissionais que trabalham nas unidades. Isso é fundamental. A estratégia da polícia prisional ela é muito importante. Nós temos hoje uma disparidade de regimes



em relação à administração prisional. Tem presídio que tem Secretaria de Justiça, tem presídio que tem Secretaria de Segurança Pública, tem presídio que tem secretarias específicas para isso. Tem policial civil fazendo custódia, tem policial militar fazendo custódia, tem agente de presídio fazendo custódia, tem terceirizados, que nós temos chamado de Regime de Cogestão. Tem PPP, que é uma experiência nova que está surgindo aí, que tem que ser examinada também. Agora, uma questão, e aí é um debate que é fundamental: o Estado é que tem que fazer a custódia. E o Estado tem que ter um corpo próprio para poder fazer essa custódia, um corpo especializado, principalmente unidades que têm a complexidade que nós estamos vendo hoje.

Então, é outra coisa também importante. Tem que ter uma lei orgânica, não só uma emenda constitucional, mas tem que ter uma lei orgânica que discipline o funcionamento, como tem leis orgânicas hoje que disciplinam o funcionamento das polícias civis, como tem lei orgânica que disciplinam o funcionamento das polícias militares, tem que ter lei orgânica para disciplinar, tem que ter plano de carreira, tem que ter uma remuneração também condizente em relação a isso e qualificação e treinamento, com grupos especiais de atuação, como nós estamos instituindo, como outros Estados também já instituíram grupos especiais nesse sentido. Uma outra coisa também muito importante — me desculpe só estar me alongando um pouquinho mais nessa matéria, porque acho que é uma matéria importante —, porque o principal discurso do crime organizado é o discurso da desassistência.

Então, o discurso do crime organizado é esse. Eu, quando era o Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, eu passei 1 hora conversando com o Marcola aqui no presídio da Papuda. Por que isso? Porque ele foi o primeiro interno a ser submetido a um regime diferenciado disciplinar. Foi o primeiro interno a ser colocado no RDD, aqui no presídio da Papuda. E o discurso deles é um discurso muito..., que tem uma lógica, que não é uma lógica que tem correspondido à realidade, mas na cabeça da Constituição tem uma lógica. Então, o discurso dele é o seguinte: na cadeia é cada um por si e Deus por todos. Não tem saúde, não tem educação, não tem trabalho. A gente apanha do carcereiro, é achacado, não tem assistência jurídica, a nossa família está lá fora desprotegida.



A gente tem que se unir como irmandade para poder a gente se proteger contra o carcereiro, contra o opressor e ter algum nível de assistência aqui e lá fora. Então, essa desassistência que nós verificamos, e eu vi aqui, quando teve aqui um seminário recente de registro de 20 anos da Lei de Execuções Penais, e aquele vídeo que foi exibido, que é o vídeo que foi feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa que examinou o sistema carcerário brasileiro, um trabalho competente, que teve, inclusive, o Deputado Dutra como Relator, o quadro é esse, é o quadro da desassistência completa. E é esse quadro que permite um terreno fértil para organizações dessa natureza semear, se implantar e se produzir. E isso é fundamental. E nós temos investido isso lá na Bahia também.

Hoje, nas nossas unidades da capital há 100% de atendimento de saúde prisional básica. Cem por cento dos nossos internos da capital hoje têm atenção básica na área da saúde, como distribuição de medicamentos, inclusive retrovirais e com uma articulação com condições sanitárias, para média e alta complexidade. Isso é muito importante. Nós iniciamos um trabalho agora de alfabetização, que é importante; 30% da nossa população carcerária não é alfabetizada. Imagine você um indivíduo que sai da cadeia analfabeto, sem nenhuma qualificação profissional e com estigma de ser ex-presidiário. Ele vai para a rua fazer o quê? Voltar para o mesmo ambiente social que ele vive, para os mesmos amigos e para as mesmas relações. Vai voltar, inevitavelmente, para a mesma vida.

Então, temos um programa que prepara os nossos presos para a liberdade. E nós estamos implantando um programa chamado Trilha, que é um programa de aumento de escolaridade e formação profissional; e estamos implantando o programa do Governo do Estado, que é o TOPA, Todos Pela Alfabetização, que é um programa de alfabetização, como estamos investindo no trabalho das nossas unidades. Mas muitas unidades dessas não estão sequer arquitetonicamente projetadas para poder comportar o trabalho dos seus internos, que envolve problema de segurança também. Então, são investimentos que precisam ser feitos para que a gente possa montar uma estratégia de administração prisional que seja eficaz, que seja eficiente. Porque, se isso não ocorre, vamos ter um quadro de reprodução, de exclusão dentro da cadeia o que temos fora. E as cadeias



continuarão sendo, infelizmente, escolas de crime, como muitas dessas cadeias são. Então, são estratégias que precisam ser enfrentadas.

A CPI, que examinou o sistema carcerário no Brasil, já apontou diversos elementos que aqui estão colocando. Nós estamos implantando um programa chamado PAI, que é o Programa de Atenção Individualizado, que é a ideia de que cada preso, cada interno tem que ser individualmente analisado, sob seu perfil psicológico e social. E você monta uma estratégia em relação a isso. Nós iniciamos já o PAI em 2 unidades, que é o presídio de Salvador e Penitenciária Lemos de Brito. São as duas maiores unidades nossas com equipes que são formadas por psicólogas, assistentes sociais e a direção da unidade prisional, para avaliar o perfil de cada interno e acompanhar efetivamente a sua trajetória. Inclusive, nesse programa, temos um esquema de atendimento não só ao interno, mas como à família: identifica, no perfil social, se a família tem direito ao auxílio reclusão, se tem direito ao benefício de prestação continuada, se tem direito à Bolsa Família, ou se tem a perspectiva de ter outras alternativas.

Então, são estratégias que eu considero fundamentais, Deputado Pimenta, no relatório de V.Exa. que analisa esse problema da violência urbana, que hoje tem muito a ver com a questão das prisões e das delegacias de polícia. Então, são estratégias que penso que são fundamentais no enfrentamento dessa questão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, antes de passar para o próximo inscrito, quero registrar aqui que foi entregue oficialmente à Mesa esse documento relativo à Polícia Penal, PEC nº 308/2004, que foi a diretriz mais votada como proposta à I Conferência Nacional de Segurança Pública, que tem acompanhado os trabalhos da nossa CPI.

Queremos aqui manifestar o apoio à PEC e ao trabalho que está sendo desenvolvido.

Antes de passar, Presidente, há uma matéria de hoje, que me parece interessante, Deputado Pellegrino, do Ministério da Justiça:



“Dos 469 mil presos, 70% não completaram o ensino fundamental, 10% são analfabetos. Embora a Lei de Execução Penal garanta ao preso o direito à educação, apenas 18% da população carcerária do País desenvolve atividade educativa.

No Estado do Rio, 20% dos 22.185 presos são analfabetos; 20% somente estão em escolas. A grande maioria dos detentos, 85% não completou o ensino fundamental”.

Isso que nós estamos falando de uma população com 60% da pessoas abaixo de 30 anos. Com isso, só reforça manifestação de V.Exa. — dados de hoje que revelam realmente esse cenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Queria cumprimentar o Deputado Pellegrino, meu grande e companheiro e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as escutas telefônicas no País. Agradecer sua presença junto a esta Comissão e os subsídios que está trazendo para que possamos aperfeiçoar o trabalho que todos nós aqui pretendemos realizar em prol do processo de segurança pública do País.

É importante frisar que, no Estado do Rio de Janeiro, tivemos algumas experiências de sucesso que remontam à retirada praticamente da grande maioria de presos das delegacias do Estado do Rio de Janeiro. Com a inauguração de 100 delegacias legais na nossa gestão, nós tiramos de dentro das delegacias os presos e construímos para esses presos casas de custódia.

Só para que os senhores tenham conhecimento, uma delegacia como a do Leblon, por exemplo, já chegou a abrigar mais de 300 presos no centro do Leblon, uma área da Zona Sul do Rio de Janeiro. A própria carceragem da POLINTER foi desativada na nossa gestão, criando-se vaga nas casas de custódia para alocação desse pessoal.

Então, são experiências bem sucedidas que precisam ser ainda mais aprimoradas, mas que poderiam ser verificadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Uma coisa que eu gostaria de chamar a atenção, antes de passar a palavra ao Deputado Major Fábio, é a questão relativa aos nossos agentes penitenciários que, na verdade, pleiteiam, com muita propriedade, tornarem-se uma polícia penal. Até porque Polícia faz parte do aspecto do Estado, que tem o seu poder de polícia. E uma coisa que hoje eles estão pleiteando e que há uma injustiça sendo cometida no âmbito do Departamento de Polícia Federal é a questão dos seus portes de armas, para que eles possam garantir a sua própria integridade física no seu lar, nos deslocamentos para as suas residências. Isso vem tendo uma interpretação negativa por parte do departamento próprio da Polícia Federal, impedindo que esses agentes possam portar seus armamentos fora da situação de serviço.

Porque, na verdade, eles, como lidam com a criminalidade no dia a dia, são marcados pela criminalidade e, no Rio de Janeiro e em outros Estados, vários já vieram a ser executados em função da sua atividade profissional.

Então, eu acho que essa é uma coisa que eu peço ao Relator que levasse em consideração para que esta Comissão também abordasse esta questão no sentido de nós fazermos um pleito junto ao Departamento de Polícia Federal, no sentido de que a interpretação a ser dada seja aquela mais extensiva possível, para que eles possam ter assegurado o seu porte de arma.

Passo a palavra agora, então, ao Major Fábio, que é o próximo inscrito, e, depois, ao Luiz Alberto, do PT da Bahia.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, Deputado Relator Paulo Pimenta, Ilmo. Sr. Nelson Pellegrino, Secretário de Justiça, de Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, quero agradecer sua presença e os esclarecimentos que foram trazidos até nós. Isso é muito importante para a CPI. E a gente, na última audiência, cobramos aqui uma visita *in loco*. A gente precisa visitar os Estados *in loco*, para saber verdadeiramente o que está acontecendo.

Como disse o Deputado — que não está mais aqui —, o Deputado falou que a revista *Veja* mente, a mídia tem mentido, não só a revista *Veja*. Ele falou que ela mente, e nós temos realmente assistido a uma situação de calamidade na Segurança Pública na Bahia, pela televisão, pelos jornais.



Tem se repetido até o que aconteceu em São Paulo. Graças a Deus, São Paulo hoje tem sido exemplo, não é, Deputado Paes de Lira, de Segurança Pública, não tem tomado mais o lugar no topo como outros Estados têm se destacado na questão da violência.

E, nas últimas semanas, na Bahia... Eu brincava um dia desses com o motorista de táxi do Rio de Janeiro dizendo que Recife é muito perigoso. E ele dizia para mim: *“Perigoso é o Rio de Janeiro”*. (Risos.)

Porque eu assisti a uma partida de futebol, Deputado Raul Jungmann, lá no Rio, e eu lembrava que as saídas do Esporte de Santa Cruz são bem mais agitadas do que lá no Rio, uma partida de futebol entre Botafogo e Vasco da Gama.

Eu disse: Rapaz, o Esporte de Santa Cruz, quando termina o jogo, a violência é maior. Mas tudo bem.

Mas temos assistido a um clima de violência muito grande na Bahia. E eu gostaria, assim, de ter iniciado minha fala — e eu acredito que o Deputado Paulo Pimenta me ajudou bastante com a informação que trouxe — abordando a situação intelectual dos nossos presos. Com esse grau de intelectualidade dos nosso presos, nós não temos crime organizado no Brasil. O Brasil não tem crime organizado, porque esses camaradas, com essa capacidade de raciocínio, não têm como se organizar. Eu acho que desorganizados somos nós, gestores públicos, que temos um fundo. O Secretário falou aí que vai... Está-se prevendo aí um orçamento maior, mas nós tivemos uma palestra aqui do Secretário Nacional do Sistema Penitenciário e ele dizia que os Prefeitos não querem presídios nos seus Municípios. E a gente sabe disso, né? Em todos os Municípios...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, Major, V.Exa. me permite? Os Prefeitos têm resistência a isso. Até brinco. Uma vez, estava no interior, agora recentemente, na festa de São Pedro, encontrei um Prefeito de um Município pequenininho, entendeu. Aí ele... Porque eu sou Deputado: *“Mas, Deputado, o que é que o senhor tem a me dar para a minha Secretaria, o que é que o senhor tem?”* Eu digo: *“Olhe, minha Secretaria só tem presídio e PROCON. O seu Município não pega PROCON e, presídio, não pode”*. Ele disse: *“Sim, presídio, não quero, não, presídio, não quero, não”*. Aí, eu fiz uma brincadeira com ele: *“Mas eu acho que você está errado. Sabe por quê? Um presídio custa 20 milhões para fazer, custa 500*



mil reais por mês para ser mantido e emprega quase 200 pessoas, imagine o dinheiro que circula”. Aí, ele, depois que eu falei isso, ele olhou para mim: *“Secretário, o que é que o senhor precisa para poder fazer o presídio lá no meu Município?”*

Digo isso sabe por quê, Deputado? Porque os Prefeitos, às vezes, têm resistência em fazer presídios nos seus Municípios, mas V.Exa., que é Deputado, sabe muito bem, quando chega ao interior, a primeira coisa que o Prefeito pega — porque V.Exa. é Major da Polícia Militar —, a primeira coisa que o Prefeito pega é no seu ombro para levar V.Exa. para ver a delegacia de polícia e dizer: “Olha, eu quero a reforma da delegacia, a delegacia está de forma precária”. Então, preso foge de delegacia, dificilmente foge de presídio!

Então, esse é um equívoco, um erro de ver a coisa. E volto a dizer, V.Exa. não pegou uma parte da minha exposição quando eu dizia que nós temos de inverter a lógica da prisão provisória e do cumprimento da pena no Brasil. A prisão provisória, como já acontece nas delegacias de polícia, mas principalmente a pena, tem de ser cumprida no Município. Só em casos excepcionais é que se vai para um presídio regional ou para um presídio de segurança máxima.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - É, mas a resistência, Secretário, é porque, na verdade, ele vai ter 20 milhões para construir o presídio, ele vai ter emprego na construção, ele vai ter um monte de benefício, mas, depois, ele vai ter um grande problema para resolver, porque o sistema penitenciário no Brasil é um grande problema. Pelo menos é o que a mídia passa! São presídios superlotados, sei que desafogaria, mas são presídios superlotados, é o pessoal da Polícia Penal querendo ser polícia, mal pago, entendeu, mal pago, mal assistido, eles não têm um plano de saúde, não têm salário digno. A mesma situação é a situação da Polícia. A Polícia Militar, no meu Estado, administra presídio, como o senhor bem colocou, administra presídio! Isso é um absurdo! Polícia Militar administrando presídio, sendo diretor de presídio, porque está faltando... Hoje, teve concurso de Agente Penitenciário. Então, nós precisamos levar a Segurança Pública a sério. Não sei se foi ontem ou foi hoje o depoimento do Secretário, o Deputado Paulo Pimenta...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi ontem, ontem.



O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Foi ontem, não é? O tempo está passando bem rápido. Para mim, tinha sido hoje pela manhã. Mas também nós assistimos, um dia desses, acho que foi esta semana, ao posto que a Polícia Federal tinha lá no Amazonas. Tinha 3 postos: um parece que afundou, dois afundaram e outro acabou de afundar. Foram três. E é exatamente por esses lugares que entra a droga e que entra o armamento para ir para a Bahia, para o Rio de Janeiro, para Pernambuco, para a Paraíba.

Vou alargando a minha fala, não tem nada a ver com sua Secretaria nem com a Bahia. Na verdade, tenho dito que a Polícia Militar e a Polícia Civil dos Estados têm enxugado gelo, porque apreendem arma todos os dias, apreendem droga todos os dias, mas amanhã vai ter mais drogas e vai ter mais armamento porque nossas fronteiras estão abertas!

E, como disse também, tinha esquecido, esqueci o meu raciocínio, o Secretário Nacional do Sistema Penitenciário, ele mesmo, com a própria boca, disse que administra um caos no Brasil! Ele disse, na audiência pública, que administrava um caos, porque hoje tem dinheiro no sistema penitenciário, até o momento, foram gastos menos de 10% do dinheiro que se tem. A mesma coisa com a Segurança Pública, tem dinheiro para a Segurança Pública, mas não se tem como tirar esse dinheiro de dentro do banco para se gastar, está faltando gestão, tem alguma coisa errada, e nós escutamos apenas discursos. Sei que o senhor está aqui colocando a situação da Bahia. Não estou dizendo que o senhor está faltando com a verdade, quem sou eu para dizer isso, mas eu só sei que o povo brasileiro clama por segurança. Sei que não é culpa sua, o senhor assumiu agora. Até parabênizo V.Exa. pela coragem de ser Secretário de Segurança Pública, porque ser Secretário de Segurança Pública e de Justiça no Brasil é complicado, tanto Justiça como Segurança Pública é complicado, porque a situação é difícil. A situação dos nossos policiais, tanto civil como militar, é difícil, entendeu? E se faz muita política dentro da Segurança Pública. A minha Polícia tem 177 anos, mas, quando entra um Governador, sai outro, entra outro, aí, mudam os coronéis, mudam os comandos, o coronel que era o melhor coronel, o melhor comando, desaparece, e a gente trata a política de Segurança Pública no nosso País fazendo politicagem.



Agora mesmo, estava numa audiência com o Ministro da Educação e ele dizia que, em certos assuntos, a gente tem de deixar a política de lado. Em certos assuntos, não! Acho que em todos os assuntos referentes à sociedade, de interesse da sociedade, nós temos de deixar a política de lado.

Então, deixo a minha fala. Servi com 21 anos à Polícia Militar da Paraíba, visitei os presídios, realmente é uma situação de penúria. E se existe crime organizado no Brasil, esses criminosos organizados estão soltos, eles não estão presos, não, porque, senão, Deputado Paulo Pimenta, esses dados que o senhor colocou, acredito que teria gente aí de nível superior, teria gente aí doutor, com mestrado, entendeu, com 2º grau completo, no mínimo. Porque, se esse aí, se esses dados que o senhor relatou são os verdadeiros, o crime organizado no Brasil não existe. Existe um grupo desorganizado, que, às vezes, até se organiza dentro do presídio, como o senhor colocou. Organiza-se dentro do presídio para se defender de alguma coisa que vai de encontro a ele, à questão da Justiça, essa campanha aí, esse mutirão da Justiça. Realmente, tem muita gente dentro dos presídios que não mereciam estar lá, já era para estarem na rua há muito tempo. Não digo aqui a pena alternativa, não, eu falo aqui dos que não cometeram crime, mas que não tiveram direito a um advogado e, por isso, estão ainda dentro do presídio, porque não conseguiram provar, não tiveram acesso à Justiça. Então, esses, se a gente fizer um mutirão, vamos encontrar muita gente, porque já me deparei com muitos presos que não eram para estar lá e estão presos.

Então, gostaria apenas de dizer que, a cada depoimento que escuto, tanto aqui, agora na Comissão, na CPI, como na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime “Desorganizado”, combate ao crime desorganizado, porque, no Brasil, não tem crime organizado; o crime no Brasil é desorganizado, como diz a Presidenta da Comissão de Segurança Pública, um monte de menino que a gente vê no Rio de Janeiro com metralhadora e armamento pesado, um monte de menino, um monte de magrelos em cima do morro. E a gente dizer que aquele povo é organizado...! Nós é que somos desorganizados, que precisamos fazer segurança pública com responsabilidade, saber gastar o dinheiro que tem. Em todo canto que chego não tem dinheiro, não tem dinheiro. E tem dinheiro! Está faltando é gestão. Não quero colocar a culpa aqui em ninguém, porque não sou nenhum pessimista,



sou otimista. Quero que o Governo Lula aproveite esse tempo ainda que tem para a gente trabalhar e ver o Brasil melhor. Agora, o que temos escutado e ouvido é que nós somos desorganizados.

Hoje mesmo tem um concurso aberto para a Polícia Rodoviária Federal e nós temos para a Paraíba 4 vagas, para Policial Rodoviário Federal na Paraíba! Isso é uma brincadeira! Isso é brincadeira! Então, é melhor nem fazer concurso, porque colocar 4 vagas para Polícia Rodoviária na Paraíba é o mesmo que não fazer nada! Estão os postos fechados da Polícia Rodoviária Federal ou funcionando com 1 policial rodoviário só. Aí, eu fico olhando para o Secretário tentando fazer alguma lá na Bahia, mas é complicado, porque as nossas fronteiras, o nosso Brasil, pelo depoimento do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, pelos depoimentos que temos escutado aqui, não tem outra conclusão a não ser que no Brasil as nossas fronteiras estão abertas.

Se esta Comissão sair daqui e disser vamos passar uma semana lá, na fronteira do Brasil, fazendo abordagem, Dr. Deputado Marcelo Itagiba (*riso*), eu coloco a farda e o senhor vai lá. Se a gente fizer a abordagem lá, se nós pararmos cem carros lá na fronteira, nós apreenderemos um monte de droga e um monte de armamento. Infelizmente, à Polícia Rodoviária Federal está faltando efetivo.

Eu estou sorrindo, mas isso é muito sério, porque os nossos jovens e os nossos adolescentes estão morrendo, sendo detonados pela droga e pela violência no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Major Fábio.

Vou passar rapidamente a palavra ao Deputado Luiz Alberto e em seguida ao Deputado Paes de Lira — porque há uma solicitação da Presidência da Casa para que se encerrem os trabalhos, para que a gente vá votar — no sentido de que formulem rapidamente suas considerações, a fim de que nosso convidado possa responder a ambos, e ao Deputado Raul Jungmann também, para que nós possamos encerrar o quanto antes os trabalhos.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Presidente Marcelo Itagiba, companheiro Relator, Deputado Paulo Pimenta, Secretário Deputado Nelson



Pellegrino, não poderia ser diferente. V.Exa., quando soube da proposta de convidá-lo a esta Comissão, se colocou à disposição imediatamente para vir trazer as informações do que ocorre na Bahia.

Acho que esta CPI tem uma importância tão grande que considero que ela veio num momento inadequado. Ela começa agora, e já começa, na minha opinião, pelas falas que têm ocorrido durante esse debate sobre violência no Brasil, contaminada pela disputa eleitoral. É uma pena, porque eu acho que ela precisa ter tempo suficiente para aprofundar, compreender a profundidade da questão da violência no Brasil.

O quadro que o Deputado Paulo Pimenta apresentou, do perfil dos internos dos presídios do Brasil, demonstra que ali é a ponta da crise. Ali, tem-se de discutir inclusive, entender a explicação por que a população carcerária no Brasil tem esse perfil.

Faltou nesse diagnóstico do perfil do presidiário outro dado: majoritariamente, além de jovens, são negros. São jovens negros que estão nos presídios. E isso tem a ver com um processo histórico deste País. Se a Comissão não se debruçar também para entender esse fenômeno, pouco contribuirá para além da operação de repressão ao crime e à violência.

Não podemos aceitar nesta Comissão o debate de que, como foi dito, não aqui nesta Comissão, evidentemente, mas na Casa, no caso da Bahia especificamente, há uma inação do Governo, uma irresponsabilidade do Governo do Bahia.

Acho que é irresponsável dizer isso, porque esse fenômeno é nacional. A Bahia, o crime organizado, Major... Ele saiu. Ele não é desorganizado. Ele é organizado e circula pelo Brasil inteiro. Ele não mora na Bahia, não mora em São Paulo. Ele mora no País, e ele circula, tem sustentáculos, se movimenta, se organiza.

Eu poderia dizer aqui, se eu quisesse fazer disputa, o que é incorreto, naquela CPI que foi instalada nesta Casa, que demorou para concluir seus trabalhos, da investigação sobre os grupos de extermínio no Nordeste, houve uma fala do então Secretário de Segurança Pública da Bahia — não me lembro o nome, Deputado Nelson Pellegrino, General Edson Sá —, e nós perguntamos a ele o que



ele achava, e ele assumia naquele momento a Secretaria, o que ele achava que acontecia na Bahia.

Ele disse, com a peculiar, vamos dizer assim, forma de se posicionar, que ele pegava na Bahia um avião desgovernado, que ele não sabia onde levar.

Esse é o quadro estrutural da situação de violência no nosso País. Então, não é uma questão do governo “a”, “b”, “c”. Tem que se discutir, e aí o Major falou, tem que ter é mais política. Não é politicagem, mas a política. Discutir-se o seguinte: que modelo nós temos, não só de segurança pública, que modelo de desenvolvimento que nos temos no Brasil que exclui essas pessoas que vão parar na ponta do sistema prisional do nosso País.

Portanto, não há receita fácil. Eu vim agora de um debate na Comissão Especial que foi instalada, Secretário Nelson Pellegrino, que trata do fundo social proposto pelo Presidente Lula para ser aplicado em políticas sociais. É fundamental debater também essa questão.

Se é verdade que a PEC nº 308, que está sendo defendida aqui, tem essa importância, há que se recuperar uma formulação que eu achei importante, que, antes do encerramento desse trabalho, alguns encaminhamentos do ponto de vista, inclusive legislativo, têm que ser feitos.

Ou seja, eu quero sugerir ao Presidente e ao Relator que a CPI analisasse essa PEC e, se ela for considerada de extrema importância para ajudar no combate a esse processo de violência, que fizessem gestão na Casa, ao Presidente da Câmara, para colocar essa PEC já em debate. Se não há Comissão Especial instalada, instalar a Comissão Especial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se V.Exa. me permitir, até a título de colaboração com esta Comissão, eu mesmo tenho uma PEC que muda o sistema repressivo, procura alterar o sistema repressivo penal do País, criando a possibilidade de as guardas municipais intervirem diretamente nos atos que eu chamo de antissociais; estadualizar a Lei de Contravenções Penais, que hoje é federal e ninguém praticamente a utiliza, e, junto com a Lei nº 9.099, dá o ciclo completo nessa atividade às Polícias Militares e deixar aquilo que é crime, violência, corrupção para o Código Penal.



Eu acho que essa PEC também, de alguma forma, vem ao encontro daquilo que é a política propugnada pelo Ministério da Justiça, que ainda não acordou para a existência dessa PEC na Câmara dos Deputados. Ela está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e acho que todos nós poderíamos fazer um esforço, porque a partir dela nós começamos a rediscutir o sistema repressivo.

Então, fica como sugestão, aproveitando a sugestão de V.Exa..

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Então, Presidente Marcelo Itagiba, esses encaminhamentos são fundamentais para que nós possamos, já no curso dos trabalhos da Comissão, apresentar produções que colaborem com essa política de segurança pública.

Aqui houve uma espécie de diagnóstico consensual de todos Deputados de que o modelo está falido. Se o modelo está falido, não adianta discutir pedaços do modelo. É preciso discutir um modelo como um todo, combinando isso com um debate de aprofundar e radicalizar muito mais nas políticas sociais, muito daquelas que o Deputado Secretário Nelson Pellegrino já citou aqui.

Hoje, por exemplo, o Governador Wagner está assinando um projeto de lei importante, que resgata aquilo que ocorreu no Pelourinho, a expulsão daquelas pessoas, que viraram marginalizadas da sociedade, foram expulsas das suas casas. E hoje o Governador está assinando um projeto de lei que recupera aquele processo na Bahia. Isso é muito importante para contribuir com essa situação que a Bahia vive e que o Brasil como um todo vive.

Quero parabenizar V.Exa. pelas contribuições e tenho certeza de que esta CPI ganha com seu depoimento nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Paes de Lira e depois Deputado Raul Jungmann, e, não tendo mais inscrições, as palavras finais do nosso convidado, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Dr. Nelson Pellegrino, senhores e senhoras presentes, eu serei breve devido à Ordem do Dia.



Mas eu gostaria de deixar claro que evidentemente há uma grande raiz de todos esses problemas, e nós corremos o risco, eu tenho ouvido repetidamente isso, de trocar as causas pelos efeitos. Seja lá qual for o modelo, eu não considero o modelo policial brasileiro falido; eu o considero um modelo peculiar, que funciona e pode funcionar harmonicamente, de acordo com a sua estrutura e de acordo com a vontade dos seus componentes de trabalhar e assim fazer com que ele funcione.

Não vamos ficar fazendo o diagnóstico de que o modelo está falido e é responsável pela violência, porque parece que é essa a linha de raciocínio. Não concordo não. A causa da violência, essencial, é que a juventude pobre das periferias das grandes cidades está sendo cooptada em massa pelo crime organizado, pelo tráfico de entorpecentes, para servir de carne de canhão e morrer entre os 14 e os 24 anos nos embates do crime, ou até mesmo nos confrontos com a força policial, o que é altamente indesejável. É esse o sangramento que nós temos que estancar.

Mas, ao mesmo tempo que nós trabalhamos, digamos, por uma mão, na tentativa de concentrar todos os esforços da Nação para evitar esse mal que não se resolve nem com o emprego... Porque como o emprego formal vai competir com 2 mil dólares por semana, que é o que um moço de 18 ou 19 anos, gerente de boca, fatura no tráfico de entorpecentes lá nos morros do Rio de Janeiro, ou na Bahia, ou sem São Paulo. Como o emprego formal vai competir? Só o resgate de valores que pode promover isso, e é um processo que temos que começar já, para levar 20 anos para produzir resultados. Aí está a causa, no entanto, trabalhamos nos efeitos. E, no caso da Bahia, um dos efeitos está lá pegando fogo, porque é um levante do crime organizado, assim como levantes do crime organizado aconteceram em São Paulo e especialmente no Rio de Janeiro e, com um pouco menos de intensidade, em Minas Gerais. É um levante do crime organizado. Há crime organizado, sim. Não se poderia falar de crime organizado se não houvesse episódios como esse recente, de março de 2008, uma operação da Polícia Federal que prende lá uma gangue simplesmente com 2 toneladas de cocaína, 2 toneladas de cocaína, repito, no interior de São Paulo. E que agora uma ilustre juíza da 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo absolve por falta de provas, absolve porque não havia, no dizer da juíza, testemunhas. Ou seja, a juíza recusa a validade ao testemunho dos policiais



federais que montaram a operação e executaram uma prisão e pegaram aqueles caras, com o perdão da expressão, com 2 mil quilogramas de cocaína, que, segundo estimativas da ONU, corresponde a aproximadamente 2% da produção anual de cocaína que vem da Bolívia para o Brasil para matar e destruir jovens e arrebanhar famílias no Brasil e também como ponto de passagem para matar pessoas, destruir famílias em outras partes do mundo. Dois por cento da produção de cocaína da Bolívia numa só operação da Polícia Federal.

Ora, com essa falta de apoio frequentemente, pode ter a melhor polícia do mundo também que não se vai chegar a objetivo nenhum, não se vai chegar a porto algum. Mas, num caso como esse da Bahia, como aquele que aconteceu em São Paulo, como estamos falando dos efeitos, é preciso tratar da reação imediata. E para tratar da reação imediata precisamos dar força, sustentação moral à força pública e não ficar tentando dificultar o trabalho e a autodefesa, a legítima defesa dos policiais. Aliás, eu quero cumprimentar os policiais militares, especialmente os policiais militares da Bahia, porque ofereceram uma resposta à altura a esse levante do crime organizado. E se essa resposta se traduziu — e ninguém quer isso, ninguém deseja isso — em mortes de criminosos, infelizmente, essa foi uma realidade necessária para, digamos assim, cauterizar esse ferimento naquele momento.

Cumprimento os policiais militares da Bahia pela sua reação. E não vou fazer aqui, realmente, críticas de caráter partidário e dizer que o Governo é fraco, é leniente, que a Secretaria de Segurança Pública é isso ou aquilo. Não. Parece-me que houve uma reação à altura e me parece, isso é importante, que os agentes públicos que têm a missão de defender a sociedade na Bahia precisam ter sustentação moral, ter sustentação em equipamentos, precisam ter sustentação principalmente em inteligência policial, se necessário com apoio federal, apoio da Polícia Federal, apoio até das outras entidades federais, no sentido de circunscrever e levar essa gente à prisão. Não tenham dúvidas de que muitos dos líderes do crime organizado estão mesmo na cadeia. Eles estão, como estão em São Paulo, mas o problema é que eles mantêm ainda a capacidade de domínio sobre os agentes do crime, sobre esses moços entre 14 e 20 anos que eles usam nas chacinas do crime



e usam para serem mortos também. E eles têm a capacidade de articular levantes como esse mesmo estando presos. Precisam ir mais à cadeia.

Quanto à aqueles que se atreverem a tentar matar policiais, agentes penitenciários, tentar encurralar o Estado, tentar aterrorizar a população num momento de crise como este, têm de receber uma resposta à altura.

É apenas isso que tenho a dizer nesta tarde.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra ao Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero elogiar. Eu infelizmente tive a minha presença muito interrompida, Nelson, por demandas. Enfim, V.Exa. conhece, Parlamentar que é, o que temos que enfrentar. Mas, de todo jeito, pela parte a que eu tive acesso, depois eu vou pegar as notas, tenho certeza que estarão à altura da expectativa da contribuição que nós todos tínhamos com a sua presença aqui.

Esse fato da Bahia me traz alguma perplexidade, não vou negar. Por quê? Porque eles nos lembram aqueles episódios de triste memória acontecidos com o PCC no Estado de São Paulo: ataques a postos policiais, ataques a policiais, comando feito exatamente por dentro das penitenciárias, uma alta capacidade de fogo logístico, um desassombro perante as forças de segurança. Tudo aquilo parecia um reprise do filme de São Paulo.

E, por exemplo, em Pernambuco, em que pese nós sermos um dos Estados mais violentos, Recife é uma cidade extremamente violenta, não alcançamos — espero nunca alcançar — essa escala criminosa de São Paulo e que eu vejo hoje chegar à Bahia.

Então, a minha pergunta é a seguinte: houve alguma transferência de tecnologia, quer dizer, houve algum contato, alguma relação entre esses bandos e isso que está acontecendo lá?

E a segunda das questões que lhe apresento é a seguinte: V.Exa. falou de que uma operação, a Big Bang, se eu não me engano, feita para tentar cortar os elos de comando entre os que vivem hoje presos lá no Lemes Brito, seja onde for, e



o pessoal do lado de fora. Qual é o grau de sucesso efetivo que conseguiram nisso, que não é uma coisa fácil?

Terceiro e último lugar: eu acredito que a Justiça baiana não é muito diferente, em que pese sobretudo que todo baiano é, como dizem os franceses, *remplis de si même*, ou seja, muito cheios de si mesmos, eles estão sempre acima da média, sobretudo dos demais companheiros do Nordeste, mas acredito que não seja muito diferente.

Para lhe dar uma ideia, Deputado Marcelo Itagiba, hoje, o CNJ, em inspeção que fez em Pernambuco, constatou que o grau de congestionamento na primeira instância é de 92%. O grau de congestionamento da segunda instância é de 72%. E aí vem a pergunta: é possível se falar em melhorar os índices, a qualidade de segurança sem que isso seja acompanhado? Porque focamos muito em cima da polícia, hoje, até em cima, Itagiba, do sistema penitenciário. Mas, escute, sem você ser acompanhado pelo sistema judicial, pelo Judiciário, como se pode falar numa melhoria de segurança? Como se pode, se as pronúncias, as denúncias do Ministério Público também não acompanharem esse processo? Como é possível efetivamente sem que os laudos técnicos, periciais das nossas polícias sejam compatíveis com a consistência necessária de uma denúncia? Então, hoje, que V.Exa. está lá do lado de lá, esteve muito tempo do lado de cá, qual é a sua visão a respeito disso?

E concluo com uma informação relevante, Sr. Presidente. Como eu estou Presidente em exercício desta CPI, consultando o ilustre Relator, nós antecipamos, quero informar isso, a ida ao Rio de Janeiro na próxima semana. Vamos estar lá na quinta-feira e procurar fazer as audiências lá. Já obtivemos um avião da FAB, que nos foi cedido, então nós vamos contar com um avião de 14 lugares, e o pessoal da Secretaria está cuidando disso para que possamos, atendendo ao que me parece ser uma demanda geral, ir ao Rio de Janeiro. E informaremos todos no tempo hábil a respeito de qual será a agenda, o que nós vamos fazer lá.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Raul Jungmann.



Antes de passar a palavra ao nosso convidado, quero dizer que eu disse a ele que ele teria a seguinte experiência: que ele seria o Graciliano Ramos escrevendo as *Memórias do Cárcere* do lado de fora. Como se diz, ele está do outro lado do balcão, mas não do outro lado do balcão porque esteve preso, do outro lado do balcão porque esteve na Câmara e hoje está na Secretaria de Justiça.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Certos sentidos, se me permite metaforicamente, tanto do lado de lá quanto do lado de cá preso está. A questão é o ângulo, o ponto de vista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro quero agradecer todas as palavras aos colegas e dizer que, inclusive, o Deputado Marcelo Itagiba é que foi um excelente Secretário de Segurança Pública no seu Estado, conversamos muito. Embora haja essa confusão entre Secretaria de Segurança Pública e Justiça, elas são distintas, mas é muito comum chegar ao interior e o pessoal me anunciar como Secretário de Segurança Pública.

Eu diria até que há uma experiência que começa a acontecer no Brasil que é uma experiência sobre a qual nós temos de nos debruçar e nos sentar em uma mesa para conversar a respeito. Eu me lembro que em 1982, perdão, em 2002, quando o Governador Wagner foi candidato a Governador, ele dizia que eu ia ser o Secretário de Justiça dele. Eu digo: *“Governador, eu só topo ser Secretário de Justiça se o senhor me der a Segurança Pública”*. Porque eu fazer direitos humanos sem controlar a polícia é difícil. E vice-versa. E há hoje uma experiência muito interessante que é chamada Secretaria de Defesa Social, Deputado Paes. A ideia é reunir numa única secretaria justiça, segurança pública e desenvolvimento social. Você faz uma política integrada, como existe, inclusive, parece-me, hoje, no Estado de Minas Gerais. Você tem um subsecretário que vai cuidar especificamente da área de segurança pública, outro da área de justiça e outro da área social, mas você tem uma visão de articulação de que a segurança pública é uma coisa muito mais ampla do que ações policiais e que tem que dialogar com a questão social.

Então, essa é a primeira questão, Deputado Pimenta, que esta Comissão devia debater também, a ideia de transformarmos a estrutura dos órgãos que administram a segurança pública em nosso País e a dimensão se polícia e a área



social são inseparáveis. Está aí o PRONASCI, os Territórios de Paz, por exemplo, está lá o Fica Vivo, em Minas Gerais, que é uma variante, mas todas essas experiências, tanto o Território de Paz, como o Fica Vivo, que é uma experiência de Minas, dialogam com a ideia de que tem que haver uma porta de entrada e uma porta de saída, Deputado Paes. Aí V.Exa. colocou alguns elementos importantes sobre os quais eu queria aqui dialogar.

Então, só queria mais uma vez, e não poderia deixar de fazê-lo na minha fala, dizer que não considero que o que aconteceu em Salvador nos últimos dias é um indicador da falta de eficiência por parte do Governo. Pelo contrário, é um indicador da eficiência do Governo, não só porque aconteceu, mas pela rapidez com que foi debelado.

Só para temos uma ideia, no Governo Wagner, 203 operações foram realizadas. Nessas 203 operações realizadas, que vai ao encontro do que eu disse no início de minha fala, foram realizadas 168 prisões. E essas prisões não são prisões de qualquer pessoa que se aborda na rua, não, Deputado. Foram presos os líderes do tráfico que estão aqui nessas 168 operações.

Desde a operação que realizamos em 2007, envolvendo a facção de Pitty, e ele tombou no confronto, mas sua prisão não se reduziu a isso, ela prendeu as principais lideranças do grupo dele. Depois a Operação Big Bang, Deputado Raul Jungmann, em 2007, que não só tirou o cidadão chamado Perna do presídio da Penitenciária Lemos Brito e o levou para a penitenciária de segurança máxima federal. Essa operação também foi desencadeada e prendeu várias lideranças do grupo dele, tanto que o grupo dele ficou muito desarticulado em função dessa operação. Aí houve um desequilíbrio na relação entre os 2 grupos e uma parte da violência que se sucedeu, inclusive com aumento de homicídios, foi justamente porque o outro grupo rival sentiu o grupo do Perna enfraquecido e foi para cima disputar os pontos de drogas e as regiões. Isso se deu numa batalha sangrenta entre eles.

E a nossa preocupação, inclusive agora, nas operações que estamos montando, não é tornar vulnerável um grupo em detrimento do outro, é tornar vulnerável os 2. Essa operação agora se desencadeou mais em cima da chamada Comissão de Paz, que é o grupo remanescente do Pitty, porque era o grupo que



estava mais ativo, o grupo mais forte. Mas vamos desencadear operações também, para que não haja o fortalecimento de um grupo em detrimento do outro. Mas a experiência que temos é que tanto a Operação Big Bang, como também a operação que se desencadeou sobre o grupo de Pitty desarticulou e diminuiu a ação deles.

Agora há um elemento que o Deputado Paes colocou que, infelizmente, é a realidade, que é o problema social que estamos vivendo hoje em nosso País. Os nossos jovens não têm... E isso é uma coisa que às vezes pode parecer um discurso assim até meio de profissão de fé, mas que tem a ver com a verdade, o problema está na origem, e a base, a origem é a desestruturação da família, isso é real. A família de que estou falando aqui não é o núcleo pai e mãe, não, porque, às vezes, a mãe é pai e mãe, mas é o núcleo base, onde as pessoas aprendem os primeiros valores: morais, éticos, sociais, de vida. Sempre costumamos lembrar aquele filme *Cidade de Deus*. O único menino que não morre no meio deles qual é? É o que tinha um sonho, que queria ser fotógrafo. Essa que é a realidade. Nossa juventude hoje não tem uma escola de qualidade, a escola é uma escola que desestimula nossa juventude. Nossa criançada e nossos adolescentes vão para uma escola de péssima qualidade, uma escola que não é cidadã, porque o que não pôde ser feito na família pode ser feito na escola, e hoje há filhos que passam mais tempo com os professores do que com os pais — essa que é a grande verdade —, e o professor podia ser um instrumento dessa educação cidadã, um instrumento dessa orientação. Então, temos que ter uma escola de qualidade, uma escola cidadã, para ser esse segundo, digamos assim, momento de combate.

Outra coisa que, na minha opinião, corretamente está preconizado no Território de Paz é a ideia de que a omissão do Estado gera exclusão e gera um cenário de violência. A presença maciça do Estado, através de serviço público de qualidade e de alternativas, gera um território de inclusão, gera um território de paz. Isso é corretíssimo. Esse é o caminho. O caminho para combater a violência no Brasil é o caminho da inclusão, e não o da exclusão.

O que eu sempre costumo dizer é que um cidadão como o Cláudio Campanha — esse que agora nós transferimos, e a reação começou a partir daí —, eu discuto se um cidadão como esse, Deputado Paes, vai querer um dia sair da



cadeia para ganhar 800 reais por mês, ou um Perna, que está no presídio, e foram encontrados na sua cela 280 mil reais.

Então, esse é um problema que temos que responder. É um problema grave. Eu falo isso porque nós não temos que entregar os pontos, porque indivíduos como esses não são a maioria no sistema carcerário, não são a imensa massa do sistema carcerário ou das delegacias. São minoria. Para eles tem que ser dado o tratamento. Nós temos que pensar nesses; mas temos que pensar principalmente nos robôs, no Exército, na massa de manobra, que é essa imensa massa carcerária manobrada por essas organizações criminosas, que são instrumentalizadas por essas organizações criminosas. Aí, família, escola, sonho, projeto de vida... Tem que trabalhar a nossa juventude; tem que dar educação de qualidade; tem que dar educação de geração de emprego e renda para essa meninada. Essa meninada tem que trabalhar, tem que ter futuro, tem que ter perspectiva de vida. Senão nós vamos ficar o tempo todo tendo essa sensação de que estamos enxugando gelo. Essa é que é a verdade.

Nós estamos construindo cadeias lá na Bahia, estamos construindo presídios, mas sabemos muito bem que o problema não está aí. O problema está na ponta. Nós temos que evitar que prendam. Aí tem essa dramaticidade que é o tráfico de drogas, que recruta nossos jovens, recruta nossos jovens, e vai recrutando. Está recrutando jovens de 9, 10 ou 12 anos. E o *crack* é uma droga que tem todo um efeito que vem da rapidez com que ela vicia, da rapidez com que ela estraga e transforma uma pessoa num farrapo humano, como transforma. Pegam um revólver ou uma faca e saem para as ruas para conseguir às vezes 5 reais para comprar 5 pedras de *crack* para fumar.

Ainda há outro problema: o *crack* é uma droga intensa, mas é rápido o seu efeito. Então, você tem que estar sempre renovando o uso para poder sustentar aquela situação de delírio. O efeito é muito rápido; intenso, mas rápido. Há todo um comércio marginal e violento em torno desse tipo de droga.

Nesse sentido, não sei, Deputado Paulo Pimenta, se esta Comissão já abriu espaço para fazer um debate sobre esse plano que inclui ações integradas de combate à violência e ao abuso de droga, elaboradas recentemente pela SENAD.



O SR. PAULO PIMENTA - Na realidade, Deputado, ontem, nós tivemos a primeira audiência com o Delegado Fernando Corrêa. Teremos agora uma série de audiências, entre as quais está prevista uma com a SENAD. Queremos também fazer algumas visitas para conhecer boas práticas. Quero discutir com V.Exa. depois a possibilidade de conhecermos a experiência das penas alternativas que estão sendo desenvolvidas na Bahia e algumas outras iniciativas, para podermos ter um diálogo permanente, a fim de colaborar com o relatório que estamos preparando.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Seria importante convidar a Dra. Paulina, que está coordenando esse projeto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. a conhece. Convide-a para fazer uma exposição. Há 3 eixos — mobilização, capacitação e prevenção e reinserção social — que vêm da ideia de que você tem que capacitar os atores para poder fazer o enfrentamento, inclusive com amplo programa de esclarecimento sobre a questão das drogas. Deve-se fazer a capacitação de diversos atores que participam desse processo e a identificação, o referenciamento e credenciamento da rede e também construindo...

Eu vou fazer uma pergunta aqui. Talvez todo mundo aqui já tenha sido objeto dessa indagação. Uma pessoa está viciada em droga e não se sabe a quem levar o problema para poder resolvê-lo. É muito comum. É um parente, um filho, que não se sabe aonde levar, não se sabe o que fazer. Então, esse programa tem uma estratégia nesse sentido. Você vai levar essa pessoa a um CAPS — Centro de Atenção Psicossocial para álcool e drogas, que prevê inclusive internação durante 15 dias. Qualquer médico especializado nessa área diz que em 15 dias o maior viciado é desintoxicado. Mas o problema do uso da droga não é um problema só do vício; é um problema social e psíquico. Então, tem que ter uma porta de entrada, mas tem que ter uma porta de saída, que é o tratamento psicológico que você recebe no CAPS, tem que ter a porta de saída, que é a área social, para dar uma alternativa social. Então, são estratégias que já começam a acontecer. E como V.Exa. colocou, são as boas práticas que existem no Brasil é que precisam ser referenciadas, conhecidas e universalizadas. Mas essa é uma estratégia que não pode deixar, de forma nenhuma, de ser colocada.



Por exemplo, neste momento, está acontecendo, no Rio de Janeiro, um seminário para discutir a questão da inteligência prisional. O nosso pessoal, inclusive a nossa Secretaria, está participando desse seminário. A ideia é podermos construir uma rede no Brasil inteiro, entender melhor essa questão. É muito importante a proposta de emenda à Constituição do Deputado Marcelo Itagiba. Ou seja, esta Comissão tem esse papel de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Pellegrino, quero até aproveitar o ensejo e dizer a V.Exa. o seguinte: já que V.Exa. toca nesta questão do Rio de Janeiro, da inteligência do sistema penitenciário, é importante nós aproveitarmos o momento para refutar, inclusive, algumas falas que vieram do Rio de Janeiro esta semana e que procuram atribuir como falha do Congresso Nacional a culpa pela soltura de um dos principais criminosos do Rio de Janeiro, preso pelo seu envolvimento com o...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - (*Ininteligível*) no início da minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Até porque nós, desta Casa, fizemos o nosso trabalho. Modificamos de um sexto para dois terços a progressão de regime. Portanto, nós fizemos alteração. Parece que as pessoas que têm o discurso no Rio de Janeiro, têm o discurso de jogar para os outros a responsabilidade daquilo que efetivamente não fizeram dentro do sistema prisional, dentro da Secretaria de Segurança Pública, dentro do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público, que permitiram, sem um exame criminológico, correto e adequado, a soltura desse psicopata, para que ele voltasse a praticar crimes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aliás, inclusive, uma coisa que está em discussão é a volta do próprio exame criminológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que eu defendo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E também, nessa discussão da inteligência prisional, como eu sustentei no início da minha intervenção, a inteligência vai ser fundamental para subsidiar. Porque a lei tem um critério objetivo. O critério objetivo é o que pede tempo de pena e lapso de cumprimento. Mas tem o critério subjetivo, que é o exame da progressão, que é o exame da conduta. E eu, como disse no início da minha fala, Deputado Marcelo Itagiba, o xerife da cadeia, o



comandante da cadeia não se envolve em briga, ele não bota droga na cela dele, ele não bota arma na cela dele. Então, do ponto de vista formal, ele está, digamos assim, preenchendo os requisitos da lei. Mas, se você tem um trabalho de inteligência e detecta que ele tem uma atividade criminosa dentro da cadeia e que ele está no comando dela, isso é elemento suficiente para impedir que ele faça essa progressão. Essa é uma questão fundamental. Então, são elementos que são...

Por último, eu só queria, mais uma vez, registrar que o que aconteceu em Salvador, nos últimos dias, está longe de ser um fenômeno que ateste a ineficiência do aparelho policial baiano, ou da competência do enfrentamento do crime na cidade. Pelo contrário, é uma situação inversa. A situação é que — um pouco dialogando, parece-me, com a fala do Deputado Gabeira — nós temos informações concretas de que determinaram que o que aconteceu foi em função de uma reação a uma estratégia montada, estudada. E sabíamos, inclusive, as consequências que ela teria de desarticulação do comando do crime organizado e do tráfico de drogas na Bahia, de uma facção. Foi a partir disso...Eu até, coincidentemente, na madrugada, ontem, assisti a um filme que estava passando sobre os episódios que aconteceram em São Paulo, que são diferentes dos da Bahia. O que aconteceu em São Paulo é que o PCC resolveu afrontar o Estado mostrando força, e por isso fez aquela onda de atentados.

Na Bahia, não. Na Bahia, nós tivemos uma ação certa para atingir o núcleo do comando do crime organizado, e essa reação foi em função disso. E lá não houve nenhum tipo de negociação. Os comandantes do crime organizado da Bahia não estão mais em nossos presídios. Hoje, eles estão em presídios federais. Eles não comandam as nossas cadeias. Podem até tentar. E é natural. Eles vão tentar se reorganizar, vão tentar se reatircular, mas hoje fazemos revista a hora que queremos em nossas cadeias. Hoje, temos comando nas nossas cadeias. Hoje, conhecemos quem está e tem capacidade de ir lá, cirurgicamente, desenvolver ações. Mas eu volto a dizer: o problema das drogas não é um problema só policial, é um problema social também. E nós estamos também começando a desenvolver estratégias nesse sentido.

Portanto, eu quero agradecer a presença, o convite para poder esclarecer essas questões. O Governo Wagner, nos últimos 3 anos — quase: 2 anos e 9



meses —, fez investimento maciço na segurança pública, seja na contratação de policiais civis e militares, seja na aquisição de armamentos, de equipamentos, de viaturas, num investimento em um trabalho competente de inteligência policial. Uma grande medida de eficiência que tivemos nesse processo, Deputado Paes, de reação não foi só o enfrentamento, mas foi, acima de tudo, a competência na hora de aplicar a inteligência policial. Várias ações que estavam sendo planejadas foram no seu nascedouro interceptadas e inviabilizadas. E isso sinalizou para aqueles que estavam fazendo as ações o perigo que era fazê-las, o perigo de ser preso ou de essas ações serem malogradas como muitas foram.

Os senhores estão vendo uma situação de tranquilidade há mais de 100 horas na Bahia, em Salvador, em virtude dessa ação competente, eficaz. Agora, não temos nenhuma ilusão de que nós ganhamos uma batalha, mas há uma guerra pela frente. Hoje, graças a uma situação decidida do Governo da Bahia, temos condições muito mais favoráveis de fazer esse enfrentamento. Essa é a questão. Mas sabemos que tem todo um longo caminho a ser perseguido, e estamos no firme propósito de continuar procurando construir um cenário de justiça social, porque o Governo da Bahia tem investido em políticas sociais, porque tem clareza absoluta de que o problema da violência só será respondido com justiça social, com investimentos na área da justiça social. Mas não estamos descuidando da eficiência policial e estamos procurando dotar a nossa força de eficiência para isso.

Então, quero agradecer o convite à Comissão. Espero que tenhamos dado contribuições importantes para esse diagnóstico, porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse papel, que penso que é fundamental, além do diagnóstico, de apresentar soluções para o enfrentamento da violência urbana no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu que agradeço a presença a V.Exa.

Gostaria de cumprimentar todos os Deputados que participaram desta sessão, inclusive o Deputado Carlos Santana, que, junto comigo, tem lutado na busca desse apoio às propostas de criação da polícia penal.

Estaremos juntos nesse combate, que é o bom combate, de dar condições para que os agentes penitenciários se tornem efetivamente uma polícia e, desde já,



espero que o Deputado Carlos Santana esteja unido ao nosso pleito para que a Polícia Federal resolva a questão do porte de arma, conforme foi por nós demandada em recente reunião ocorrida ali.

Muito obrigado pela presença a todos, principalmente ao Deputado Nelson Pellegrino, que tanta falta faz nesta Casa, mas, com certeza, estará escrevendo novas memórias dos cárceres baianos e criando nova história para a Bahia e, principalmente, para aqueles que se encontram detidos no sistema penitenciário daqui do Estado.

Muito obrigado a V.Exa. pela presença.